



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1676/12	DATA: 30/11/2012
INÍCIO: 15h40min	TÉRMINO: 18h08min	DURAÇÃO: 02h28min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h28min	PÁGINAS: 53	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

WAL FERRÃO - Presidente do Portal Kids e do Movimento Mães do Brasil.
RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Tia de criança desaparecida.
MICHELLE GUERALDI - Advogada do Consórcio Projeto Trama.
LETÍCIA CARVALHO DE MESQUITA FERREIRA - Pesquisadora.
MARIA DOS ANJOS CAMARDELLA - Delegada de Polícia Civil e Superintendente dos Direitos da Mulher de Nilópolis - RJ.
ADRIANA RAMOS DE MELLO - Juíza Titular. I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Estado do Rio de Janeiro.
ARILDO MENDES DE OLIVEIRA - Secretário Municipal de Sustentabilidade e Promoção da Igualdade Racial e Direitos da Mulher em Arraial do Cabo - RJ.
DORACY ANACLETA EICH - Representante da Associação dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro.
LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA - Vice-Presidente da FIA - Fundação para a Infância e Adolescência.
ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Mãe de criança desaparecida.
MARISA DREYS DA SILVA XAVIER - Inspetora, Presidente da Comissão Estadual de Educação para o Trânsito e Instrutora Oficial de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal do Rio de Janeiro.
TEREZINHA LAMEIRA, Coordenadora da CEPIG - Coordenadoria Especial de Promoção da Política para a Igualdade de Gênero.

SUMÁRIO: Audiência pública sobre o tema da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Audiência realizada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Há orador não identificado.
Há expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito boa tarde a todos e a todas. Quero, antes de iniciar as formalidades para a realização deste debate público, agradecer ao Presidente deste Poder, Vereador Jorge Felipe e, em especial, ao Vereador Jorge Manaia, que foi quem solicitou, com muita honra para nós da Câmara Federal, a realização deste debate público hoje aqui na sede do Poder Legislativo Municipal; cumprimentar o Vice-Presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, Deputado Luiz Couto, aqui presente; a companheira Liliam Sá, membro da CPI e, hoje, nossa anfitriã na cidade do Rio de Janeiro; e todos os demais presentes, representantes de entidades e de instituições, servidores da Casa, servidores da Câmara dos Deputados que estão nos apoiando nesta visita, a imprensa em geral, enfim, todos os presentes a esta reunião.

Rapidamente, quero dizer que esta CPI foi instalada no final do mês de abril, na Câmara dos Deputados, com o objetivo de investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e os responsáveis, no período de 2003 a 2011, que compreende a vigência da Convenção de Palermo, tratado internacional que baliza a tipificação de crime para o tráfico de pessoas no mundo, um crime que hoje se desenvolve em escala mundial, lamentavelmente, movimentando anualmente cerca de 35 bilhões de dólares nesse mercado extremamente poderoso e organizado — muito pouca gente tem consciência disso — no mundo inteiro, que vitima mais de 3 milhões de pessoas por ano no mundo. E o Brasil está entre os seis países com maior incidência dessa prática criminosa, lamentavelmente. E o que nós estamos fazendo aqui é parte da peregrinação que a CPI faz no Brasil inteiro, cumprindo um dos nossos objetivos: ouvir a sociedade civil e as instituições nos Estados por onde temos andado. Estivemos ontem em São Paulo, algumas semanas atrás, em Goiânia. Vamos, na semana que vem, à Bahia. Vamos também a Porto Alegre, ao Pará, ao Amazonas, ao Amapá. Pretendemos chegar ao Suriname, porque é uma das rotas pela fronteira norte. Tem-nos incomodado os muitos registros de casos na fronteira com a Guiana e o Suriname. Vamos percorrer outros Estados do Brasil para discutir com a sociedade civil e dar-lhe conhecimento da escala, da gravidade, da recorrência, da complexidade desse tipo de crime, que, na maioria das vezes, ou em muitas delas, está disfarçado ou escondido nas listas



de desaparecidos e desaparecidas. Muitas vezes esse desaparecimento não se dá por fato fortuito ou uma coisa mais pontual, mas por serem vítimas de redes criminosas, de organizações poderosas e, infelizmente, muito bem articuladas. Temos consciência de que, se o Estado brasileiro e a sociedade brasileira, que combatem essa prática criminosa, não atuarem em rede e de forma sistêmica, coordenada, articulada, nossa chance de ter alguma eficácia no enfrentamento desse tipo de crime é quase nenhuma.

Então, é com muita satisfação que nós estamos aqui realizando este debate. A dinâmica sugerida é a de abirmos a palavra ao Deputado Luiz Couto e à Deputada Liliam Sá para uma breve saudação. Depois ouviremos as entidades aqui relacionadas. Em seguida, toda e qualquer pessoa que queira...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Chamar logo as pessoas? Nós estamos atrasados. Então, pronto. Está bem.

Nós viemos aqui para ouvi-las, vamos começar logo. Depois os nossos Deputados e a Mesa poderão falar.

Registro a presença da Delegada Christiane Lobato, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Pará. Quero também cumprimentar a Inspetora Marise Dreys, que já esteve conosco hoje de manhã na Assembleia e está aqui de novo. Ela é do Núcleo de Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal. Na pessoa das duas, saúdo todas as demais entidades.

Convido a fazer uso da palavra, sem maiores delongas, a Sra. Wal Ferrão, Presidente do Portal Kids e do Movimento Mães do Brasil. Ela falará em nome de algumas outras entidades também.

A SRA. WAL FERRÃO - Boa tarde, senhoras e senhores; boa tarde, Excelências. Eu gostaria de agradecer a oportunidade de, como porta-voz das Mães do Brasil e como Presidente do Portal Kids, estar aqui.

Eu gostaria de dizer que hoje é um dia muito importante para as Mães do Brasil porque...

Quero, em primeiro lugar, agradecer à Deputada Liliam Sá, primeira e talvez a única pessoa que ao longo desses anos acreditou em nós. Sempre nos recebeu



com muito respeito nos seus programas. Nós conseguimos localizar muitas crianças através do programa dela. E ela sempre fez a coisa mais difícil, que foi nos dar voz.

Quando o Portal Kids, central de denúncias contra a pedofilia, a primeira no Brasil, começou a investigar o sequestro de crianças, foi por meio de um agente da alfândega americana, que veio para cá em razão de uma denúncia nossa. Ele era embaixador nos Estados Unidos e, ao observar as nossas denúncias — ele é agente do FBI —, ele me alertou sobre a possibilidade de meninas, crianças brasileiras estarem sendo sequestradas para a prática de tráfico internacional, porque isso estava acontecendo muito nos Estados Unidos: as crianças estavam sendo sequestradas para tráfico sexual e para adoção ilegal.

Isso me despertou a atenção, mas foi no ano de 2001 que nossa instituição pegou o primeiro caso de menina sequestrada, o da Ingrid. Nós fizemos uma intensa pesquisa junto à família da menina...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nos Estados Unidos, a senhora falou?

A SRA. WAL FERRÃO - ... vimos que não havia nenhuma possibilidade de conflito familiar — normalmente se diz que a criança foge de casa por conflito familiar. Nós investigamos toda a vida dela, junto com a Polícia, e começaram a aparecer muitos casos em série de meninas sequestradas.

Como jornalista, eu comecei a fazer uma pesquisa, uma investigação jornalística sobre esse caso, apoiada pela UERJ, pelos cientistas sociais da UERJ, que nos acompanharam durante todo o processo. Eles, inclusive, nos alertaram para muitas coisas, como o fato de as crianças serem sempre sequestradas em época de carnaval, feriado, porque isso dificulta a investigação da Polícia.

Até que em 2004 nós participamos da novela *Senhora do Destino*, do Aguinaldo Silva, e eu entrei em contato com um caso que me chamou muito a atenção, porque existia um suspeito, um acusado de levar várias meninas.

A partir dali, eu comecei a pesquisar a vida desse suspeito e descobri, por intermédio de testemunhas ligadas aos casos das meninas, que ele estava ligado a vários casos.

Quando essa denúncia tornou-se de conhecimento público pela imprensa — parte da nossa denúncia, eu não sei como, acho que foi dito até por um delegado,



chegou ao público —, soube-se que as crianças estavam sendo sequestradas para a prática de adoção ilegal — porque até então estávamos fazendo tudo isso em silêncio —, para tráfico de órgãos e tráfico sexual.

Na época, fomos achincalhadas. Disseram que nós éramos loucas, que as mães não cuidavam dos filhos e por isso eles desapareciam e depois elas iam arrumar desculpas. E hoje estar aqui é uma contemplação, apesar de toda a dor, de todo o sofrimento das famílias que eu tenho acompanhado, porque o fato de esta CPI existir prova que nós não éramos loucas, que existia um fundamento muito grande para que tudo isso acontecesse.

Mas não estou aqui para falar da nossa trajetória, até porque a trajetória das Mães do Brasil, que eu represento, é de domínio público. De vez em quando elas estão na imprensa; todos sabem da sua dor. A Deputada Liliam Sá várias vezes expôs a dor dessas mães. Nós participamos da CPI das Crianças Desaparecidas, em Brasília.

Hoje eu trago para V.Exas. um pedido de ajuda e uma denúncia, porque desse suspeito que nós ligamos a vários casos nós conseguimos, há 2 anos, o indiciamento. Ele até está processando a nossa instituição, está pedindo 50 mil reais para acabar com a gente, porque nós não temos apoio de ninguém. Só que ele foi condenado.

Ele é acusado do sequestro de várias meninas. Pela primeira vez eu estou tornando pública a condenação desse sujeito. O Ministério Público o levou a julgamento, até porque a tia dessa menina, a Raquel, que está aqui presente, inicialmente, foi ao Ministério Público pedir ajuda. Eu pedi que ela fosse sozinha, porque às vezes eu vou ao Ministério Público com uma mãe e eles acham que nós estamos liderando, criando uma situação. Ela foi com muito medo, porque era uma dona de casa. A filha dela foi sequestrada dentro de casa. Ela nunca tinha tido acesso ao Ministério Público. Eu lembro que ela chegou a ir duas vezes lá e ficou com medo de entrar. Eu fiquei com muita pena, mas insisti em que ela fosse.

E lá ela conseguiu comover a promotora. A promotora me chamou e, para surpresa nossa, o nosso dossiê... Nosso trabalho tem um extenso dossiê sobre esse caso. Há indícios muito fortes de que essas meninas foram todas sequestradas para o tráfico internacional, para a prostituição infantil.



Inclusive, a Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que investigou esse caso, nos informou que foi pega uma casa de prostituição em Minas... Isso ela nos falou diante da promotora do Ministério Público, que eu convidei para ir junto comigo quando eu estive lá, junto com as mães: que as meninas ficavam feito pombos, em jaulas, meninas de 8 a 12 anos, nessa casa de prostituição, em Minas, e só saíam para praticar sexo e voltavam. Uma coisa horrerosa!

Mas existem indícios de que essas meninas foram levadas para fora do País. Nós conseguimos a condenação, mas a dor é muito grande. E ele não falou.

Eu gostaria até de ler um pedaço da sentença. Só para V.Exas., as senhoras e os senhores terem noção de que por trás dessa história existem muitas crianças. Então, eu gostaria que os senhores fizessem um exercício psicológico e se colocassem no lugar dessa menina de 11 anos.

Diz a sentença:

"O Ministério Público ofertou denúncia em face de FERNANDO MARINHO DE MELO como incurso nas penas do art. 155, art. 148, art. 69, imputando-lhe a prática dos seguintes fatos. No período compreendido entre 11h30min e 15h40min de 31 de janeiro de 2008, no imóvel situado na Praça Carmela Dutra, 44, Sobrado, São Cristóvão, nesta cidade, o denunciado, de forma consciente e voluntária, mediante fraude, furtou um bem móvel alheio da residência de LARISSA GONÇALVES SANTOS e a sequestrou, privando-a de sua liberdade.

Segundo restou apurado, a vítima, então com onze anos de idade, se encontrava em sua casa na companhia de seu primo Gabriel Gonçalves Cordeiro da Silva, também menor de idade, quando o denunciado bateu à porta da residência, sendo atendido pela vítima. Ato contínuo, com o objetivo de iludir Larissa e seu primo e vencer a resistência dos mesmos, alegou que estava lá para levar o aparelho de televisão para consertar e que



Larissa deveria acompanhá-lo. Com tal engodo, o acusado logrou convencer as crianças de seu intento de levar o eletrodoméstico e de que Larissa deveria acompanhá-lo, tendo, ao sair, Larissa dito ao priminho que a aguardasse porque logo retornaria. O denunciado, então, acompanhado pela menor, pegou um táxi e se dirigiu ao camelódromo da Rua Uruguaiana, nesta cidade, local onde a menor foi vista pela última vez. O acusado, além de subtrair coisa alheia móvel mediante fraude, afastou a vítima do convívio familiar e dos seus amigos, conduzindo-a para local ignorado, mantendo-a privada de sua liberdade até a presente oportunidade."

Realmente, a Larissa não apareceu.

E no finalzinho — a sentença é muito boa e muito extensa —, diz:

"CONCLUSÃO. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, para CONDENAR o réu FERNANDO MARINHO DE MELO..."

Ele foi condenado.

Então, nesse dia, embora a pena tenha sido pequena, foi feita a justiça dos homens para a Larissa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Fernando Marinho?

A SRA. WAL FERRÃO - Fernando Marinho de Melo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Marinho de Melo?

A SRA. WAL FERRÃO - Marinho de Melo.

Eu trouxe a sentença porque eu quero pedir a V.Exas., às autoridades aqui presentes que investiguem esse homem, porque ele pode ser uma ponte... E eu disponibilizo a V.Exas. o meu dossiê, porque ele está ligado a vários casos que ainda não foram julgados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Ele está condenado, preso...

A SRA. WAL FERRÃO - Pelo sequestro da Larissa. Mas ele já está indiciado pelo caso de um menino — o menino conseguiu fugir e o reconheceu.

Então, ele tem muita coisa a dizer.



Por quê? Era o que nós precisávamos fazer. Era nosso dever fazer isso. A justiça não aplaca a dor da família, que está em depressão, da mãe, que está cardíaca.

Quem está por trás dele? Para que o nosso trabalho feito durante esses anos todos não tenha sido em vão e, talvez, para chegar a outros casos de crianças... Quem está por trás? Ele está por trás de uma máfia. Ele tem cinco casas, segundo me informou a Secretaria de... Ele é funcionário da Marinha, mas tem cinco casas.

Ele, inclusive, está processando a nossa instituição. Se ele ganhar, pode até parar os trabalhos da nossa instituição, porque não temos dinheiro para pagar a ele. Mas ele nunca vai calar as Mães do Brasil.

Então, eu, mais do que tudo, em vez de relatar a nossa história — eu convido todos a entrarem no *blog* Mães do Brasil —, estou aqui por uma questão de honra, porque hoje, aqui, diante das autoridades... Porque muitas autoridades nos chamavam de loucas porque dizíamos que o Governo não trabalhava bem. Não trabalhava bem porque não reconhecia essa questão. Nós não falávamos mal do Governo. Tanto que nós chegamos aqui graças a excelentes policiais que trabalharam conosco, que acreditaram; graças à Deputada Liliam Sá, que sempre nos deu voz — mesmo quando todos nos execravam, ela sempre nos chamava e nunca disse o que eu tinha que dizer e nunca me pediu nada, nem às mães. Ela nunca me pediu voto.

Eu faço questão de dizer isso porque nós temos por ela um respeito e um carinho enormes. Muito obrigada por tudo o que a senhora fez por nós. (*Palmas.*)

Muitas vezes as pessoas acham que eu sou líder das Mães do Brasil. Não sou. Eu sou porta-voz delas. Sou uma jornalista que se comoveu com a história delas e, atendendo ao pedido da Tercília, que hoje eu chamo de mãe, eu comecei a fazer esse trabalho, representando-as. Mas elas têm vontade própria, só fazem o que desejam. E às vezes dizem, como hoje me disseram: "*Fale por nós, porque você vai saber falar melhor*".

Eu quero agradecer-lhe de coração. É o sentimento que há no coração de todas nós. Muito obrigada pelo crédito que a senhora nos deu a vida inteira. Que Deus a abençoe e à sua família.



Eu quero dizer que foi depois de muita dor que nós chegamos aqui. Eu mesma, no final desse processo, estou hipertensa. Tenho mãe doente, com tumor; eu estou hipertensa, estou com problema de obesidade, de ansiedade. Mas a justiça dos homens foi feita para a Larissa. E nós queremos também que seja feita para a Thaís, para a Mariana, porque a tia dela, hoje, ao olhar a foto dele, achou-o parecido com o homem que a levou.

Nós já fomos “podados” em muitas coisas. A Marinha já quis fazer um cadastro para nós e acabou não fazendo porque ouviu que o Governo ia lançar... Eu não falo mal do Governo. Eu agradeço a todas as autoridades que nos ajudaram e à polícia. Tanto que minha instituição tem um projeto que atende a irmãos e irmãs de crianças desaparecidas e os jovens que conseguimos encontrar, cujo grupo se chama Gente do Amanhã, cujo psicólogo é um policial da DCAV. Quando eu disse isso para a Deputada Liliam Sá uma vez, numa palestra para a qual ela nos chamou, ela ficou espantadíssima: “*Você emprega um policial?! Ele é psicólogo das mães do Brasil?!.*” “*Elas até gostam mais dele do que de mim, sabe, Deputada? São apaixonadas por ele.*” E ele foi uma luz na nossa instituição. O nome dele é Gilberto Fernandes da Silva. E digo isto com orgulho: eu sou muito agradecida a todos os policiais que nos ajudaram. O Gilvan, o Guimarães, o Dr. Leonardo Tumiaty, todos eles acabaram afastados por mexer nesse caso.

Então, é só isso. Quero agradecer à Deputada Liliam Sá e a todos vocês; quero agradecer às mães pela força que dão, porque às vezes eu sucumbo e elas me levantam — não é fácil cuidar desse caso sozinha, sem verba nenhuma, sem apoio. Mas nós também nunca pedimos nada — eu só peço justiça. E se os senhores puderem investigar esse homem nós vamos agradecer muito.

Obrigada e boa tarde. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A senhora pode me fornecer uma cópia dessa sentença?

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - A mãe da Larissa quer falar da menina que sumiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Vamos ouvir agora a Dona Raquel, a genitora da Larissa, que foi objeto da referência. É tia, não é?



A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Boa tarde. Agradeço a todos que aqui estão. Agradeço à Deputada Liliam Sá, que, como a Wal bem disse, sempre nos ouviu, sempre nos ajudou. Não foi fácil chegar até aqui. Foram muitas lágrimas (*a oradora se emociona*), fora o medo que eu passei. Mas, graças a Deus, esse homem foi condenado. A única coisa que eu queria pedir era ajuda na investigação, porque ele foi condenado, mas não está preso. E, não estando preso, muitas crianças correm risco ainda, porque ele, após ter levado a Larissa, tentou levar um menino 3 meses depois. Esse menino o reconheceu também. Está tramitando no tribunal o processo dele.

Então, todas as mães estão aqui para nos apoiar, porque nunca ninguém nos ouviu, nunca ninguém acreditou que existia tráfico de criança. E nós só supomos que existe o tráfico, porque não temos denúncias, as denúncias não chegam até nós, as crianças desaparecem como se alguém abrisse um buraco no chão e as enterrasse; elas somem. Ninguém nos ouve, na verdade. Mas uma promotora nos ouviu: a Dra. Vera Lúcia. O Dr. Mariano Beltrame nos ouviu. A Promotora Dra. Carla sempre me atendeu. Eu sempre fui pessoalmente ao fórum, fui bem recebida pelas promotoras que pegaram o caso, pelas assessoras delas; elas nunca nos negaram atendimento. Mas não foi fácil, foi um trabalho que nós tivemos que ir... Muitas vezes nós tivemos... Eu fui com a mãe da Thaís, porque 5 anos antes ele levou a Thaís. Ele foi reconhecido como o homem que levou a Thaís. Através do retrato falado da Thaís foi que chegamos a ele. Descobrimos que esse homem tinha cinco endereços. Ele trabalha na Marinha Mercante, tem bens... E nós ficamos assim, ao léu, sem saber. Agora, foi uma vitória? Foi uma vitória, mas, ao mesmo em que foi uma vitória, é uma tristeza para nós, porque ele está solto, e ele solto... A meu ver, se ele foi condenado, tinha que estar preso, porque ele privou a Larissa. A Larissa não sabemos nem se está viva (*a oradora se emociona*). Então, ele é condenado, mas ele não fala, não diz onde a criança está, onde ele colocou a criança. Para mim, que sou leiga no assunto, se ele foi condenado, é porque foi a pessoa que levou a menina. Ele sabe do paradeiro dela. Então, ele priva uma criança, há 4 anos e 8 meses, do convívio familiar e fica solto? A pena dele será a de fazer serviços sociais? Como uma pessoa desse tipo tem condições de conviver no meio de pessoas normais? Então, é muito duro.



Eu não tenho nem mais o que falar, porque eu acho que tudo já foi dito pela Wald. As mães estão ali, como eu estava com a tia da Mariana Zheng, como eu estou com a mãe da Vitória. Elas também estão passando pela mesma situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - D. Raquel, desculpe-me interrompê-la, a senhora vai continuar, se quiser falar. Só para entendermos. Esse rapaz foi condenado, mas ele foi condenado em primeira instância e está recorrendo da sentença em liberdade. É isso?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - É. A Promotoria recorreu, está agora na mão dos Desembargadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A Promotoria recorreu, não. Ele foi condenado.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Ele foi condenado e recorreu da sentença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pelo juiz?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Pelo juiz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Aí ele recorreu à instância superior e está aguardando, está respondendo em liberdade?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Não. Não foi ele que recorreu. O Promotor foi que recorreu da sentença porque não achou justa a pena que foi imposta a ele, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Ah! Sim. Tá. Pois é, a Promotoria recorreu para agravar a sentença?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Claro. É isso aí, para agravar a sentença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - E ele está respondendo em liberdade, porque é réu primário. É isso?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Isso. Ele foi condenado a praticar ações sociais por 2 anos, eu acredito. E como ele é réu primário, não vai ficar preso, vai ter recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - A senhora sabe por que tipo de crime ele foi condenado?



A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Ah! Está tudo ali. Ele foi condenado por sequestro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Está no documento aí?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Está. Sequestro, cárcere privado, latrocínio... Sequestro, cárcere privado, latrocínio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Dois anos só? Não pode!

A senhora tem advogado?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Não. Eu não tenho advogado. Esse tempo todo eu fui assistida pelo Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Mas a Defensoria Pública não colocou um advogado para acompanhá-la no caso?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Eu não entendo muito dessas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Não, eu entendo, por isso eu estou lhe perguntando. Fale do jeito que a senhora entende. Deixe que nós aqui decifremos a coisa.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Não, eu não tenho advogado. Quando eu cheguei ao Ministério Público pela terceira vez, consegui acesso à promotora do caso. Ela me atendeu bem. Da forma que ela me orientou, que o caso estava bem, eu deixei o caso seguir. Entendeu? Então, por isso eu não quis um defensor, porque ela me disse que o caso estava correndo bem. Se eu pedisse um defensor naquele momento, eu estaria livre para pedir um defensor na hora que quisesse. Mas até o defensor ler o processo, que é muito extenso, são muitas folhas, iria atrasar. E, como o processo estava tendo um bom andamento, eu escolheria. Então, eu deixei na mão deles, porque eles sempre me atenderam, sempre fui recebida, sempre conversaram comigo, sempre me explicaram, me deram o telefone — tinha telefone para conversar, para me esclarecerem. Graças a Deus, eu não tenho o que falar do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Eu sei.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Sempre, para mim, foi muito bem visto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - A senhora não tem nenhuma obrigação de saber dessas coisas e não estou lhe cobrando. Só para nós entendermos. Porque o crime não pode ter sido de homicídio nem de sequestro, porque isso não dá 2 anos apenas, pelo nosso Código Penal.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Está certo?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Talvez a defesa dele tenha fugido dessas tipificações para alguma coisa tipo rufianismo, que é uma coisa mais boba. Não conseguiu advogado. Então, a primeira coisa que nós precisamos ver aqui — e aí temos que recorrer ao núcleo, eu estava conversando aqui com a Deputada Lília, com o Deputado Luiz Couto... Porque, veja bem, com advogado já é difícil enfrentar esse tipo de coisa, porque essa gente tem muito poder! Sem advogado, a chance é zero!

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Desculpe-me dizer.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Não, mas eu sei. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Essa é a primeira providência que nós temos que ver aqui.

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - É verdade. Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - A Defensoria Pública é obrigada a lhe dar um advogado, porque as pessoas humildes, pobres não têm condição de pagar advogado neste País, e muitas vezes a Justiça reproduz a impunidade por conta disso. Então, a Defensoria Pública existe para dar assistência jurídica aos jurisdicionados que não têm condição de pagar um defensor público.

Então, eu não quero aqui correr o risco de estar fazendo uma crítica infundada. *“Quem é esse cara que vem lá do Pará para fazer crítica aqui?”* Eu não estou fazendo crítica. Mas a senhora tem que ter um advogado. Esse caso, com advogado, já não é fácil, quanto mais sem advogado!

(Não identificado) - É verdade, é verdade.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jody) - Mas, enfim, eu queria só entender. A senhora não tem advogado?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Não tenho advogado. É um caso do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo.
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso, exatamente.
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Está certo.
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Olha, a senhora vai falar. A senhora vai ter oportunidade de falar, porque sem microfone não grava, e nós queremos gravar isso tudo.

Eu pediria a alguém aqui que pudesse tirar uma cópia desses documentos, se possível tirar...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu posso ficar, mas eu quero uma cópia para passar para a autoridade policial ali.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Só um minutinho. Eu não estou te ouvindo. E também nós tínhamos que gravar. Nós vamos já... Deixe só organizar, porque tem uma listazinha aqui, pra gente ouvir.

A senhora terminou ou vai concluir?

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Não, terminei sim.
Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado.

A senhora é mãe, tia...

A SRA. RAQUEL GONÇALVES CORDEIRO DA SILVA - Eu sou a tia. A mãe dela é falecida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Tia, mas é mãe de criação — digamos assim.



A SRA. MICHELLE GUERALDI - Eu só queria oferecer o serviço Trama pra ela.

Michelle Gueraldi, eu sou do Projeto Trama — Consórcio Projeto Trama. Nós fazemos atendimento jurídico e social em casos exemplares de tráfico de pessoas. Então, se você tiver interesse, a gente pode conversar pra assisti-la junto ao Ministério Público, que é quem tem realmente a responsabilidade por conduzir a acusação, a investigação. Mas, em muitos casos, nós trabalhamos como assistentes, representando a pessoa junto ao Ministério Público. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pronto, já conseguimos advogado para a senhora. Depois a senhora fale com a... *(Pausa.)*

Pronto, já resolvemos o primeiro ponto da nossa conversa. A senhora já tem uma advogada, através da Michelle Gueraldi, que é do Projeto Trama, que dá assistência e acompanha essa luta de vítimas de violação de direitos humanos e que vai lhe dar assistência jurídica. Mas isso não impede a Defensoria Pública, que tem o dever de assistir a senhora também. A Defensoria Pública do Estado é paga pra isso e não pra nada mais. É exatamente pra esse tipo de situação. A senhora vai ter a assistência da Trama apenas pra acompanhar, pra fazer o assessoramento, mas a Defensoria Pública tem a obrigação, o dever de lhe dar uma assistência jurídica.

Dra. Letícia Carvalho, eu gostaria de convidar V.Sa. pra fazer uso da palavra. *(Palmas.) (Pausa.)*

Dra. Letícia Carvalho Ferreira, pesquisadora?

A SRA. LETÍCIA CARVALHO DE MESQUITA FERREIRA - Isso.

Acho que eu posso contribuir aqui com uma pesquisa de doutorado que fiz no Museu Nacional, UFRJ, sobre administração policial de casos de desaparecimento de pessoas. E aí fiz um trabalho de campo no Setor de Descoberta de Paradeiros da Delegacia de Homicídios, hoje Divisão de Homicídios. Mas, durante o período de realização da pesquisa, era ainda Delegacia de Homicídios. Pude acompanhar a rotina dos policiais civis que formavam a equipe do Setor de Descoberta de Paradeiros e a produção de documentos, porque eu obtive uma autorização da Chefia de Polícia Civil pra ler também as sindicâncias.



Não sei se todos sabem, mas desaparecimento de pessoa não é um crime, portanto ele não dá origem, dentro da Polícia, necessariamente a um inquérito policial. Pelo contrário, pra se abrir um inquérito muitas vezes é preciso retirar a categoria "desaparecimento" e conseguir alcançar uma outra categoria: sequestro, homicídio, enfim. E o grande dilema no setor era justamente como lidar com uma ocorrência policial não criminal. E o que eu ouvia em entrevistas e ao longo do trabalho de campo, dos policiais, era que o próprio setor, dentro da Delegacia de Homicídios, é um setor desvalorizado porque se acredita que ali a Polícia só faz trabalho burocrático. Por não se tratar de um crime, ele não tem o estatuto semelhante a outras ocorrências que são investigadas pelos policiais.

Desse modo, o próprio setor é um pouco, digamos, marginalizado dentro da Polícia Civil e da Delegacia de Homicídios. Isso é, de certa forma, repassado para os próprios casos de desaparecimento. E a maneira como os policiais lidam com esses casos, segundo palavras deles próprios, é apenas preenchendo papel. Isso significa que as investigações são econômicas em vários sentidos e acabam se restringindo à emissão de ofícios para algumas instituições. Procura-se encontrar um corpo no IML, uma pessoa abrigada, alguma informação sobre, a partir da Santa Casa de Misericórdia, se houve enterro de um corpo com características semelhantes às do desaparecido. Em linhas gerais, é nisso que consiste a investigação de um caso de desaparecimento.

E o meu esforço durante a pesquisa — eu sou cientista social, a tese de doutorado foi defendida na área de antropologia social — era compreender como é possível que, dentro de um setor da Polícia Civil, os casos fossem arquivados com tanta rapidez e, de alguma forma, com tanta facilidade, do ponto de vista dos próprios policiais, que são pessoas que têm plena consciência do sofrimento dos familiares, que não são pessoas que não estão entendendo que se trata de um drama familiar. Então, o meu esforço era entender o que acontece ali que é tão, em alguma medida, fácil arquivar, mas, ao mesmo tempo, eu estava ouvindo de policiais que aquilo era difícil fazer dentro da Polícia Civil.

E o que eu compreendi é que, pelo fato de o desaparecimento de pessoas abarcar casos muito distintos... Então a gente tem casos de fuga de adolescentes e crianças, mas a gente tem também casos de partidas voluntárias de adultos, casos



de idosos que se perdem na cidade, porque perdem os sentidos, casos de vítimas de acidentes que estavam sem identificação e demora-se a localizar uma pessoa num hospital ou num abrigo. Enfim, são inúmeras as ocorrências ou os enredos, digamos assim, que estão encobertos pela categoria desaparecimento.

Em linhas gerais — houve uma pesquisa em 2009, e essa pesquisa foi atualizada no ano passado pelo Instituto de Segurança Pública aqui do Rio —, cerca de 70% — não tenho esse número exato aqui, mas está divulgado no *site* do Instituto — das ocorrências geram ou têm como resultado o retorno das pessoas para suas casas. Setenta por cento é um número alto, é uma porcentagem alta, mas não é tudo. E o problema é que dentro da Polícia há já o costume de imaginar que o desaparecido vai voltar ou que ele é um desaparecido porque ele tem um problema de família.

E aí o que eu fui compreendendo ao longo do tempo de convívio com os próprios policiais é que a concepção mais geral de que desaparecimentos são problemas de família faz com que vários casos muito distintos sejam colocados numa mesma gaveta — literalmente uma gaveta de arquivo.

Isso faz com que casos que sejam de suspeita de crime em que há relatos de execução, há dados exatos onde o corpo foi desovado — *“o que aconteceu com meu filho”*. São relatos de mães, de pais, de familiares que acabam desaparecendo em meio a outros relatos de dramas de família.

Então, um pouco do resultado, se eu puder dizer assim, ao qual eu cheguei durante a minha pesquisa foi de que eu pude tomar contato com a produção, dentro da polícia, de uma representação, em torno dos casos de desaparecimento, como sendo todos problemas de família, em contraposição ao que seria idealmente um problema de polícia, que seria um crime que demanda uma operação de rua e que faz com que aquele policial seja muito valorizado. Então, os próprios policiais que lidam com desaparecimento são considerados *“aqueles que lidam com os dramas de família”*, *“aquilo não é serviço de polícia; isso é serviço burocrático”*, *“eles estão ali, o tempo inteiro, preenchendo papel”*.

Então, de alguma forma, talvez numa tentativa de contribuir com vocês, com a CPI, acho que eu posso dizer que há uma necessidade muito óbvia de educação dentro das academias de polícia pra uma certa sensibilização em torno de dramas



considerados simplesmente de família, que, no entanto, chegam, aportam nas delegacias de polícia, que são instituições abertas 24 horas por dia, 7 dias da semana. E o policial é esse agente do Estado imaginado como aquele que alcança todos os espaços da cidade, por exemplo.

Então, a população ou o cidadão conta com a polícia como? *“Bom, a delegacia está sempre aberta e o policial pode chegar onde eu, cidadão, não posso.”* Ao mesmo tempo, o que a polícia nos dá em retorno — e aí é muito mais em função de um treinamento e da forma como os policiais são capacitados — é algo muito menor, digamos assim, do que essa expectativa que o cidadão deposita no policial. Então, talvez seja esse ato aí que faça com que os casos de desaparecimento sejam arquivados com tanta facilidade e, dentro desses casos, suponho eu que haja inúmeros enredos de tráfico de pessoas, de tráfico para exploração sexual, de tráfico de órgãos, que acabam não sendo apurados e, portanto, não se descobre que são casos de tráfico.

É isso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dr. Letícia, pelas suas contribuições.

Eu queria registrar aqui, rapidamente, antes de chamar a próxima oradora, a presença do Sr. Rodolfo Rodrigues de Souza, representando o CREAS; da Sra. Lucimar do Nascimento Marazzo, representando a Associação das Mulheres do Rio de Janeiro; da Sra. Adélia Gaio, representando a Deputada Estadual Inês Pandeló; a Sra. Tereza Cristina de Baltazar, Coordenadora de Projetos da Marisa Chaves, do Governo de São Gonçalo; da Sra. Elaine Sampaio, Diretora-Executiva do Movimento de Mulheres de Nilópolis; da Liliam Sampaio, Presidente do PSD Mulher de Maricá; da Sra. Márcia Oliveira Gomes Barbosa, Coordenadora do Núcleo de Mulheres de Japeri; da Sra. Cristina Fernandes, do Centro Integrado de Atendimento à Mulher; da Sra. Terezinha Lameira, Coordenadora da CEPIG; Coordenadoria Especial de Promoção da Política para a Igualdade de Gênero; da Sra. Camardella, Delegada de Polícia Civil e Superintendente dos Direitos da Mulher de Nilópolis; da Sra. Adriana Mello, Juíza do 1º Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher; da Sra. Doracy Eich, Presidente da Associação de Conselheiros Tutelares do Rio de Janeiro; da Sra. Karla Simões, jornalista e Presidente do PSD Mulher de Niterói; da Sra.



Rosimary, Presidente da FIA, representante da FIA; do Sr. Sérgio Roque, Vice-Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro; do Pastor Davi Palhares, de Teresópolis; do Sr. Ebenezer Oliveira, do Núcleo de Enfrentamento de Tráfico de Pessoas; do Sr. Alexandre Silva Soares Mello, advogado; da Sra. Ilda Gomes Rezende, da Comissão de Mulheres Cristãs Virtuosas; da Associação de Mulheres Cristãs Virtuosas; de Sady Fauth, do Ministério da Justiça; da Sra. Maria Luíza Lopes, representando a Delegada de Polícia do DEAM, de Duque de Caxias — acho que é e DEAM o nome —; da Sra. Marisa, representando o Sr. Márcio Azevedo, da Polícia Rodoviária Federal — já falamos —; da Sra. Cícera Felix da Silva, da Associação das Donas de Casa do Rio de Janeiro e Centro de Desenvolvimento Social da Mulher.

Vamos chamar agora a Dra. Camardella, que é Delegada de Polícia e Superintendente dos Direitos da Mulher de Nilópolis. Muito bem-vinda. Muito obrigado pela sua presença nesta audiência.

A SRA. MARIA DOS ANJOS CAMARDELLA - Boa tarde. Minha saudação à Mesa dirigente, às Excelências, o Deputado Luiz Couto, que, se não me engano, é representante da Paraíba; o Deputado Jordy, que é representante do Pará — Belém do Pará, festa do Círio de Nazaré, não posso esquecer —, e a minha querida amiga e Deputada Liliam Sá, representando o nosso querido Rio de Janeiro.

Eu quero cumprimentar também a todos e a todas que estão presentes aqui no nosso auditório.

Olha, eu agradeço muito a honra de ter sido convidada a falar alguma coisa. Eu não estava nem preparada, mas eu estou sempre preparada. Mulher de luta é mulher de luta, né? Com certeza, a gente não tem medo de nada. Eu aprendi isso com a vida. A vida me ensinou a ser assim.

Mas eu tenho que falar. Antes de falar sobre o tráfico de pessoas, eu tenho que falar do filme que está passando na minha memória, quando, há alguns anos, eu fui honrada pelo recebimento da Medalha Pedro Ernesto, que foi a minha querida amiga Liliam Sá, na época Vereadora, que me dignificou. E foi aqui, diante dos meus familiares, dos meus amigos, que eu tive essa honra.

Então, não vou deixar de agradecer. Se eu passar mais 20 anos nessa terra, agradecendo a Deus e a Liliam Sá também, eu ainda estou fazendo muito pouco.



Mas, gente, eu acho o seguinte: é muito difícil a gente ser mulher, a gente ser delegada de polícia, a gente ter qualquer cargo neste País, um País onde as mulheres ainda e continuam a ser altamente discriminadas. Tanto é que, se quiserem saber a veracidade das minhas palavras, perguntem para a nossa Deputada Liliam Sá qual é o total de integrantes de lá de Brasília, da nossa Câmara Federal, e quantas mulheres tem do País todo. Porque está falando realmente uma união maior entre as mulheres. As mulheres devem acreditar mais umas nas outras. Vamos deixar de ter inveja, disputas, essas coisas todas, né?

Vamos ao que se segue. Então, eu, enquanto delegada de polícia, eu passei por muitas cenas lamentáveis. Em algumas eu pude agir dentro da lei, dentro da Justiça. Inclusive houve uma menininha que eu recuperei, porque havia uma crença — eu chamo de crença, não vou chamar de preguiça ou de descaso, como eu deveria chamar. Porque uma pessoa chega numa delegacia de polícia para dizer: “*A minha neném desapareceu. Ela tem 5 anos.*” — ou tinha 6 anos. E, aí, o rapaz lá, o meu companheiro policial, em vez de tomar as providências que o caso merece, que tem que ser assim de imediato, antes que a pessoa seja trocada, cambiada para outro Estado, ou até para outro país, mas não, ele vai e primeiro diz assim: “*Não, espera 48 horas.*”

Poxa, com 48 horas a coisa esfria, a coisa se perde. Então, eu sempre tive essa dignidade. Essa menininha de 5 anos, eu fui encontrá-la dentro do Top Shopping, em Nova Iguaçu, depois de uma armação muito grande com o chefe da segurança do TOP, que, infelizmente, foi assassinado no ano passado. Entendeu?

Então, eu acho que o problema da mulher, o problema da criança deve ser olhado com uma dose de carinho e de responsabilidade muito grande. Eu entendo que, se a pessoa tem medo de adotar determinada atitude, não deve exercer cargo nenhum. Deputado tem que ter — desculpa a expressão — peito pra ser Deputado, pra falar, pra combater. Senão, não vai ser Deputado. Policial? Tem que ter também.

Ainda há pouco foi tocado aqui no caso de um representante da Defensoria Pública, que é um advogado pago pelo nosso dinheiro, porque nós é que pagamos todos esses tributos pra que o delegado de polícia receba, pra que o inspetor receba, pra que o defensor público receba, o juiz, enfim. E os Parlamentares também, principalmente.



Então, eu fico muito feliz de ver que pessoas estão se preocupando com o tráfico de pessoas. É uma coisa muito séria, existe há muitos anos e recentemente estamos vendo as pessoas se movimentando com relação ao tráfico de pessoas.

Eu não estava preparada, mas tenho alguma coisinha aqui.

O tráfico de pessoas foi aprovado no Brasil pelo Protocolo de Palermo. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva referendou, através do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, ele promulgou que isso fosse lei aqui no Brasil. Então, eu não posso mais imaginar... Eu vejo a novela da Glória Perez — e vejo até com certo nojo. Eu sei que ela está querendo chamar a atenção, alertar. Ela sempre escolhe temas muito polêmicos e que sacodem a nossa sociedade, porque o povo brasileiro precisa ser sacudido, antes de tudo. E agora o povo brasileiro está sabendo também que a Dra. Camardella está aqui falando isso tudo diante de três Deputados Federais.

Então, alguém está se incomodando com a nossa causa. Isso me traz felicidade, gente. Eu sou uma mulher feliz. Eu não estou vivendo esses anos todos pra ver o meu País descendo pela ladeira, não. Ele tem que melhorar. Ele está melhorando.

A Dra. Liliam Sá não foi pra lá à toa. O Dr. Jordy, também não. E o Dr. Couto, da Paraíba, terra do meu motorista — eu amo a Paraíba — ,não pode estar lá à toa.

Então, nós estamos contando com os senhores três, Excelentíssimos e queridíssimos, com certeza.

Mas vamos ver o que é o tráfico de pessoas, de acordo com o Protocolo de Palermo.

Trata-se do recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento, ou acolhimento de pessoas recorrendo à ameaça, ou ao uso da força, ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade, ou à situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou à aceitação de pagamentos ou a benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração.

De acordo com os dados estatísticos, é uma matéria altamente lucrativa o tráfico de pessoas. E por que ele também se vê envolto de certa forma, ou de todas



as formas, no tráfico de drogas e no tráfico de armas. Então, é um tráfico? É. E está tendo um lucro muito grande.

A ONU estima que a máfia de pessoas movimente, por ano, mais de 30 bilhões de dólares. Todos têm uma ideia do que seja.

Eu tinha tanto pra dizer a vocês. Mas, quando me falam que o tempo está apertando, eu tenho que cantar pra subir, né? Como se diz na gíria.

Então, eu vou cantar pra subir agradecendo a todos. Deixei registrado aqui o nosso problema. E nós tivemos um Presidente que teve atenção sobre isso.

Então, eu quero agradecer à ilustre Mesa Diretora; a vocês que tiveram, assim, condições de me ouvir. Devemos saber que o tempo está findando. O tempo está findando aqui, mas nós vamos continuar na luta lá fora.

Eu continuo na luta. Eu não sou mulher de ficar parada. Eu não sou... Eu queria ser, mas não sou. Estou velha, mas estou igual à Lady Kate: *"Eu estou podendo!"* Por Deus!

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dra. Camardella.

A senhora já está aqui, segundo o nosso Deputado Luiz Couto e a Deputada Liliam Sá, contratada para assessorar a CPI do Tráfico de Pessoas. *(Palmas.)*

Já está nomeada assessora da CPI, para fazer esse discurso vibrante por onde a gente passar, porque nós estamos precisando é disso: de muita coragem e de muita mulher de fibra para carregar essa bandeira. Está certo?

Muito obrigado pela sua presença e pela sua fala.

Nós vamos chamar aqui a Dra. Juíza do Estado do Rio de Janeiro, Adriana Ramos de Mello, para fazer as suas considerações.

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELLO - Boa tarde a todas e a todos.

Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa da Deputada Liliam Sá, que gentilmente me fez esse convite para estar aqui hoje.

A minha fala será bem curta. Será uma saudação a todas e, em especial, a todas as mães que estão aqui. Eu estou falando aqui não só na qualidade de Juíza de Direito, mas também na qualidade de mãe de dois filhos. Ouvei muito atentamente o relato da tia da Larissa e gostaria de fazer apenas alguns esclarecimentos.



Eu fui defensora pública por dois anos antes de ser Juíza. E a Defensoria Pública tem aqui, no Estado do Rio de Janeiro, uma estrutura muito boa, tem núcleos de atendimento, inclusive especializados.

Eu trabalho no Juizado da Violência Contra a Mulher, da Lei Maria da Penha. Eu não lido o dia inteiro com a questão do tráfico de mulheres. Eu vejo muito a questão do turismo sexual, quando aquele estrangeiro vem para cá, relaciona-se com alguma mulher e aí pratica alguma violência. Aí, sim, eu me deparo com esses casos. Mas o tráfico em si de pessoas não é a minha realidade do dia. Mas, de qualquer forma, eu acho que poderia ser uma sugestão — e aí é uma sugestão mesmo que eu faço aqui para a CPI — conversar com as Defensorias Públicas para que as Defensorias Públicas possam funcionar como assistentes de acusação, apoiando as mães, as famílias dessas vítimas, dessas mulheres meninas que são, enfim, sequestradas e violadas.

Eu acho que a Defensoria teria condição. E aí ficou uma dúvida num momento. Eu não vi o caso da Larissa. E eu já até me coloco à disposição, como Juíza, para ter acesso aos autos e poder dar uma esclarecida. (*Palmas.*)

A gente pode verificar o seguinte: o promotor denuncia. Na verdade, a Defensoria Pública pode funcionar para defender o réu — e ela tem que ter essa função —, mas a Defensoria Pública também pode funcionar como assistente de acusação. Eu não sei se no caso específico da Larissa e da Taís existe essa figura no processo. Mas, se não existe, ainda pode existir, até em termos de recursos, que, me parece, já tem sentença.

A sentença — eu não li a sentença, mas, pelo que a jornalista leu aqui — teria sido aquém do desejado. Então, poderia haver o recurso do Ministério Público, que deve ter havido, mas também da Defensoria Pública pela família dessa vítima que está desaparecida.

Uma outra sugestão também à CPI, aproveitando que a gente está aí com uma novela que está trazendo isso, eu vou dar. No início, no primeiro ou no segundo capítulo dessa novela, eu fiquei muito triste com um comentário de uma personagem que faz o papel da delegada, que é a Giovanna Antonelli. A Nanda Costa, que faz o personagem da Morena, foi registrar uma ocorrência de violência contra a mulher e



a delegada disse que dependeria do Juiz e fez um comentário que não procede. Isso prestou um desserviço enorme às mulheres.

Por outro lado, a gente não pode deixar de enaltecer o trabalho que está feito pela *Globo*, pela Glória Perez, muito sério, em debater e trazer à visibilidade o fenômeno do tráfico internacional de mulheres. Mas que essa novela também possa ser um canal para se colocar fotografias dessas meninas que estão sendo violadas, que foram sequestradas, porque não basta só uma sentença condenatória. (*Palmas.*) Eu acho que a sentença condenatória é um alívio para a vítima, para a família. Mas e se a vítima sumiu, desapareceu? Na verdade, o que a família quer é o seu ente familiar que está sumido, que está desaparecido. Então a gente tem que, de repente, pedir aí aos meios de comunicação fazer talvez uma campanha nacional, Deputada, nacional. Eu vi ali a fotografia da menina, Larissa, que está desaparecida e até hoje não apareceu. Ninguém sabe onde está a Larissa. Então, eu acho o que a senhora quer, a família quer e a sociedade quer é essa menina de volta, é essa criança de volta.

Então, eu faço aqui um apelo à CPI e desde já me coloco à disposição da CPI, de todas as mães. Eu fico aqui na Rua da Carioca, 72, no Juizado da Violência contra a Mulher. Temos ali, em parceria com a Prefeitura, com a Teresinha Lameira, todo um serviço de atendimento às mulheres, em parceria que nós temos. Então, se precisar de algum apoio, temos duas Defensoras Públicas totalmente capacitadas e qualificadas. Eu acho que a gente pode pedir à Defensoria Pública que dê uma assistência qualificada a essas famílias que estão em verdadeiro e profundo sofrimento.

Eu sou solidária, como mãe. Eu tenho uma filha de 14 anos, e hoje andando pela rua com a minha filha, hoje, na parte da manhã, caminhando com ela na Lagoa Rodrigo de Freitas, ela se separou de mim por alguns segundos. Ela estava andando de patinete e ela sumiu dos meus olhos. Vocês não têm noção do meu desespero — acho que essas mães que têm aqui podem ter —, do meu desespero de olhar em volta e não ver a minha filha. Em 1 minuto, como eu trabalho com violência doméstica há 15 anos, e eu ouço de tudo, eu fiquei apavorada. E fico imaginando... Por isso que quando a tia da Larissa falou, e eu vejo outras mães aqui, eu posso entender o sofrimento de vocês, e me solidarizo e me coloco à



disposição. Era essa a minha contribuição a fazer aqui a vocês. Muito obrigada.
(Palmas.)

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Doutora, um minutinho só. V.Exa. me concede a palavra, Presidente? Doutora, eu agradeço a sua contribuição. Só que eu não entendi uma coisa. A senhora falou que trabalha com exploração sexual. É isso? Turismo sexual?

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELLO - Eu trabalho com a Lei Maria da Penha.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Não, tem casos de turistas que pegam meninas... Era isso que eu queria que a senhora esclarecesse.

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELLO - E também o que acontece? Tem a seguinte situação que acontece no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro é uma cidade que recebe muito turismo e turismo sexual. São homens que vêm dos seus países, alguns fretam aviões... Eu não sei se vocês sabem disso, mas voos são fretados na Espanha só com homens — e Portugal também. Eles chegam aqui em busca do turismo sexual. Alguns desses homens mantêm algumas mulheres aqui, mantêm financeiramente. Essas mulheres mantêm relação com aqueles homens, e eles vêm anualmente aqui e se mantêm sempre com essa mesma mulher. Quando eles vêm aqui, algumas são agredidas, violadas, enfim, e elas registram queixas nas delegacias, principalmente da Zona Sul, em Copacabana, até mesmo na do DEAM Centro, por estupro, por agressão, pela Lei Maria da Penha. E eu me deparo com esses casos. O que esses homens fazem? Eles agredem e vão embora no dia seguinte. Quando eu tento reter o passaporte, eu não consigo mais porque aí eles já foram embora. Então, esta é uma realidade que acontece no Rio de Janeiro. E aproveitando bem rapidinho — eu sei que o tempo é pouco —, eu fui fazer uma viagem para Fortaleza, recentemente, e fiquei num hotel de uma rede portuguesa. Quando eu cheguei nesse hotel, veio um ônibus de turismo só com homens portugueses. Eu falei: que tanto homem português veio fazer aqui em Fortaleza? Falei sabendo qual era a resposta, para o atendente de um hotel 5 estrelas: "Ah, eles vêm se divertir." Pois bem, esses homens fretam voos diretos Fortaleza-Lisboa, em busca das nossas meninas para praticar apenas o turismo sexual, nas nossas barbas, e a gente não tem feito nada sobre isso. Então, isso existe aqui, no Rio de



Janeiro. Mas aqui, no Rio de Janeiro, eles disfarçam um pouco mais, por ser uma cidade que tem uma preocupação talvez mais ostensiva. Nós aqui não temos essa... Como eu vi, por exemplo, chegando em Fortaleza, esses ônibus só de homens. Eu acho que aí a Polícia Federal poderia estar fazendo um trabalho e perguntar: “O que esses homens vêm fazer aqui, o que um voo fretado, só de homem, vem fazer o que aqui, no Brasil?” E aí, a gente começar a fazer uma campanha de conscientização com essas meninas. E em Fortaleza, inclusive, Deputada, boates fazem filas dessas meninas. Essas meninas ficam em filas, porque elas estão ali em busca... Que, na concepção delas, elas vão ter uma vida melhor, elas podem conhecer um príncipe encantado: “Quem sabe ele não casa comigo, não me tira dessa pobreza que eu vivo?” Então, essa é uma realidade. E aqui, no Rio de Janeiro, eu me deparo muito com essas questões do turismo sexual, mas a minha área de atuação é realmente a Lei Maria da Penha, a violência praticada contra a mulher no âmbito doméstico. E como eles mantêm uma relação de afetividade com essas mulheres, entra na Lei Maria da Penha, e aí a gente faz questão de atender.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Doutora, para esclarecer eu perguntei isso, porque existem duas CPIs trabalhando conjuntamente, não é? A CPI do Tráfico de Pessoas — com o Presidente Arnaldo Jordy e a Relatora Flávia Moraes, além do Deputado Padre Couto, e eu também sou membro desta CPI — e a CPI da Exploração Sexual, onde sou autora e Relatora desta CPI...

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELO - Hum, hum!

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - ... que segunda-feira vai estar no Rio de Janeiro, na ALERJ, e a senhora já está convidada.

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELO - Hã, hã!

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Nós estivemos em Fortaleza. Nós estamos viajando o Brasil inteiro, mapeando, sabendo o que está acontecendo, cobrando dos governos ações efetivas no combate à exploração e ao turismo sexual com as nossas meninas. Então, a sua informação foi muito preciosa para a gente...

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELO - Hum, hum!

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - ... porque nós já sabíamos desse caso dos portugueses. Nós temos que combater com mais rigor a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós estamos traçando uma linha de investigação, porque



nós temos a mãe da Tais Lima Barros, da Mariana Zheng, da Larissa e tantas outras que estão aqui...

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELO - Hum, hum!

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - ... não é? E nós não sabemos se essas meninas saíram daqui por uma rede de exploração sexual infantil, porque nós fazíamos aqui, quando eu era Vereadora nesta Casa, fiz várias audiências públicas comparando a idade de 7 a 12 anos; são as meninas que desaparecem, duas, três por ano, não é?

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELO - Nossa!

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Então, nós sabemos que existe uma rede especializada nisso.

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELO - Hum, hum!

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Então, nós queremos traçar essas...

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELO - Mapear isso.

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - É, mapear e traçar essas informações, para se chegar a algum lugar.

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELO - Isso... *(Ininteligível.)*

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - Então, foi muito importante a sua participação e muito pertinente a sua explanação. Muito obrigada.

A SRA. ADRIANA RAMOS DE MELO - Eu agradeço também, imensamente. Não esqueçam disso que eu falei: de a Defensoria Pública atuar como assistente de acusação das vítimas, e divulgar o nome dessas crianças, e a fotografia, com permissão da família, nessa novela que está tratando de um tema tão importante como esse. São as minhas duas sugestões.

Muito obrigada, mais uma vez. *(Palmas.)*

A SRA. DEPUTADA LILIAM SÁ - De nada, querida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito obrigado, Dra. Adriana.

Essa situação de desaparecimento... Elas podem ter diversas finalidades, não é? Aí, é preciso investigar, é preciso que a atuação policial, o acompanhamento e as ações sejam provocadas por quem de competência, o Ministério Público e... Pode ser para fins de exploração sexual, pode ser para adoção ilegal. Esse episódio de



Monte Santo, para nós, é muito emblemático. E essa questão da adoção ilegal é tão ou mais rendosa para essas redes criminosas quanto ao tráfico para fins de exploração sexual; pode ser para o mercado ilegal de órgãos. Enfim, há um conjunto de hipóteses que nós temos verificado, e que é preciso esclarecer.

Eu acho, inclusive, em relação a esse caso, Deputado Luiz Couto, desse cidadão Fernando Marinho de Mello, além da condenação — e ele já é objeto dessa sentença que nós temos aqui, em mãos —, ele também é suspeito de diversos outros crimes, pelo que a Sra. Wal estava nos informando aqui. Ele é suspeito de vários outros, de estar envolvido em vários outros desaparecimentos. É o caso da, além da Taís, de outra Taís, da Larissa, da Andréia, da Michelle. Todas essas crianças têm esse cidadão como suspeito, porque parece que já houve reconhecimento do retrato falado, de parte deles. Não é isso?

Então, eu acho que nós deveremos considerar, na CPI... Nós convocarmos esse cidadão para a CPI, em Brasília, para prestar esclarecimentos. E vamos convidar as mães e as entidades todas (*palmas*) para que a gente possa chamar a autoridade policial, chamar o Ministério Público, chamar a Defensoria Pública, chamar... se for possível, ouvir o juiz que prolatou a sentença, para conhecer de perto a convicção e os elementos desse juiz.

Acho que nós precisamos investigar esse caso porque esse cidadão, eu não quero aqui fazer prejulgamento porque isso não é papel nosso, mas não podemos negligenciar, pelo menos de poder acompanhar e — quem sabe? — ter aí um caminho que possa elucidar a dor, o pranto de muitas famílias e da sociedade em geral. Porque ninguém se conforma, independente de... que não tenha relações de parentesco. Qualquer cidadão de bem não vai se conformar que uma família perca um ente nessas condições de desaparecimento, tendo como hipótese o objeto do crime como responsável desse desaparecimento.

Portanto, eu deixo aqui esta sugestão para a gente, na próxima sessão da CPI, convocar, submeter o requerimento de convocação. E, com certeza, eu falo aqui em nome do Deputado Luiz Couto e da Deputada Liliam Sá, para que a gente possa fazer isso e chamar esse caso para a CPI, para que a gente possa investigá-lo, até porque a CPI tem prerrogativas de quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico, que nós podemos fazer, e, com isso — quem sabe? —, avançar nessa investigação.



Quero registrar a presença do Sr. Luiz Henrique, Coordenador do SOS Crianças Desaparecidas, que está aqui presente na nossa audiência.

Quero convidar o Sr. Arildo Mendes de Oliveira, Secretário Municipal de Sustentabilidade e Promoção da Igualdade Racial e Direitos da Mulher do Arraial do Cabo para fazer uso da palavra.

A gente gostaria, na medida do possível, sem querer aqui, evidentemente, tolher a manifestação de ninguém, que as pessoas pudessem obedecer o tempo que a gente está orientando, de 3 minutos. A gente está tendo a tolerância de não ser rigoroso nisso, para que a gente possa ter oportunidade de ouvir todas as pessoas que estão aqui presentes. Nós temos um limite aqui, quer dizer, nós não; eu quero antecipar aqui: lamentavelmente, por conta de horário de voo, eu vou ter que me retirar, mas eu vou passar, depois, a Presidência ao Vice-Presidente, Deputado Luiz Couto, e a condução dos trabalhos também para S.Exa. e para a Deputada Liliam Sá. Mas parece que há um horário aqui, na Assembleia, já acordado de até às 18 horas encerrar os nossos trabalhos aqui. Então, eu pediria brevidade nas intervenções.

O Sr. Arildo Mendes com a palavra.

O SR. ARILDO MENDES DE OLIVEIRA - Boa tarde a todos e a todas. Saúdo a Mesa, o Deputado Arnaldo Jordy, o Deputado Luiz Couto e a Deputada Federal, representante do nosso Estado, a Liliam Sá, e agradeço o convite de estar aqui.

Eu quero parabenizar a iniciativa da realização desta reunião da Comissão, no Estado do Rio de Janeiro, onde se abre um espaço, de forma grandiosa, para que casos como esses que foram apresentados aqui pelas mães do Brasil possam tomar a verdadeira proporção que merecem de investigação, que é dentro de uma CPI federal. Então, a Deputada abre realmente um canal importantíssimo para que esse caso comece a tomar as soluções, e me solidarizar com as mães aqui presentes.

Quero dizer que estou Secretário de Sustentabilidade e Promoção da Igualdade Racial e Direito da Mulher no Município de Arraial do Cabo, e dentro da nossa Secretaria nós ainda temos um departamento de direitos humanos. Não é por acaso que nós reunimos várias políticas, que várias pessoas dentro do Poder Público não querem mexer. É mexer em vespeiro, sim. Eu já fui Secretário Municipal



de Inclusão Social e hoje tenho a oportunidade de estar numa Secretaria com uma equipe maravilhosa, um departamento de mulher, um departamento de promoção da igualdade, um departamento de direitos humanos.

Quero falar com vocês uma coisa séria, e convidar a Deputada, para que nós possamos fazer, se possível for, em Arraial do Cabo, uma reunião, porque a Região dos Lagos vive uma realidade onde, na maioria das vezes, as pessoas não querem meter a mão na ferida. As pessoas não querem olhar as questões com as responsabilidades, porque isto incomoda, e incomoda muito. Nós vivemos numa cidade turística e eu, particularmente, numa cidade portuária, e a nossa região numa cidade turística, com um aeroporto ali. A nossa juíza fez uma colocação que é por onde eu começo a me relacionar com essa questão do tráfico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Sr. Arildo, me perdoe a interrupção. O senhor já vai continuar. Quero só passar a Presidência aqui para a Deputada Liliam Sá, enquanto nós vamos resolver outro assunto ali.

O SR. ARLINDO MENDES DE OLIVEIRA - À vontade. Muito obrigado, Deputado. *(Pausa.)*

Como nós estávamos falando, o primeiro momento quando nós assumimos, lá atrás, a oportunidade de estarmos na Secretaria de Inclusão Social, e cuidávamos ali da questão da criança e do adolescente, começamos a cuidar, a identificar e a mapear a questão do abuso e da exploração sexual de menores. E brigamos, lutamos muito na época para trazer o Programa Sentinela, hoje CRAS — vi representantes do CRAS aqui, na época ainda era Programa Sentinela —, que conseguimos implantar em Arraial para dar suporte a isso.

Quando começamos a conviver com essa realidade, vimos a seguinte situação: diante da estrutura portuária, muitos eram os estrangeiros que chegavam em nossa cidade e que se transformavam nos beneficiadores de famílias pobres. E o que nós conseguimos ver é que aquelas famílias beneficiadas tinham sempre uma menina nova, numa idade adolescente, naquela casa. E o mais difícil foi e continua sendo muitas vezes conviver com o fato de isso ser uma realidade de renda para a família. E ninguém está disposto a meter a mão na ferida, porque isso não é bom politicamente, porque isso atrapalha aqui, porque isso prejudica ali, porque isso, porque isso, porque aquilo.



O que eu quero colocar é que quando nós vimos ali essa realidade, e temos trabalhado em cima dessa realidade, outra realidade nos chamou: a esperança que começa a passar na cabeça daquelas crianças e muitas vezes daquelas mães, dessa criança ainda adolescente ter uma vida melhor lá fora. E isso nos junta, porque, se nós ainda não temos com evidência tão forte o problema de sumirem crianças na cidade, temos crianças que foram e que as mães dizem para a gente que estão muito bem lá fora. E será que estão mesmo?

Então, eu acho que agora se inicia, através do nosso Departamento de Direitos Humanos da Secretaria, um trabalho para poder juntar essas peças. E eu estou aqui, na Comissão, também pedindo ajuda, Deputado, para que possamos trabalhar juntos, porque é uma caminhada muito difícil. E se, no Rio de Janeiro, que é uma cidade enorme, isto é difícil, imagine na minha cidade, onde nós temos em torno de 40 mil habitantes, onde todo mundo conhece todo mundo pelo nome, onde você pode estar sendo acusado de caluniar as pessoas ou de estar se metendo na vida delas, e a gente ainda tem que administrar isso no poder público com a questão política dentro de uma cidade pequena.

Não é fácil a nossa missão, mas eu quero pedir o carinho e a atenção de todas as entidades aqui. Gostaria de me colocar à disposição para trocar contatos, porque nós estamos em uma iniciativa, ou uma empreitada, em que com certeza precisaremos de apoio.

Mais uma vez, reforço o convite à Comissão Parlamentar Federal, à Deputada Liliam, para estarmos sentados em Arraial do Cabo, se possível, na Câmara de Vereadores, e discutirmos essa questão com a nossa comunidade, com o respaldo também das esferas federais.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Pode concluir, por favor?

O SR. ARILDO MENDES DE OLIVEIRA - Eu quero agradecer pela oportunidade e convidar vocês também aqui para isso. Nós estamos vivendo um momento que não tem palavras para exemplificar a dor. A dor dessas mães palavras não conseguem traduzir. E eu quero me colocar também como parceiro diante de todas as lutas que forem necessárias para esse trabalho e para essas ações. Muito obrigado. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, Arildo Mendes de Oliveira, Secretário Municipal de Sustentabilidade, Promoção da Igualdade Racial e Direito da Mulher em Arraial do Cabo.

Eu quero passar agora a palavra para a Doracy Anacleta Eich, representando os Conselhos Tutelares.

A SRA. DORACY ANACLETA EICH - Boa tarde a todos.

Meu nome é Doracy Anacleta Eich. Estou representando aqui a Liliane, Presidente da Associação dos Conselheiros Tutelares do Município do Rio de Janeiro. Está presente ali o Vice-Presidente, Sérgio. Eu sou Conselheira Tutelar deste mandato. Já fui Conselheira em dois mandatos; este é o meu terceiro. Fui Conselheira Estadual de Direito em Conselho Municipal de Direito para entender o sistema de garantia.

Olhem bem: tráfico de pessoas, quando adultas, já é horrível. Imaginem de crianças e adolescentes que não têm autodefesa. Neste País, quando a gente fala de 40 mil crianças e adolescentes, mais de 10% não são encontrados. Elas estão ligadas a quê? A órgãos — tráfico de órgãos. Estão ligadas a quê? A tráficos. Estão ligadas a quê? Casamento forçado, quando se encontram essas pessoas em condições de vulnerabilidade social grave por uma questão econômica. Isto é cruel. Isso é cruel! Quando um país, e falo também do Município do Rio de Janeiro, não tem uma política pública para isso.

Quando a pesquisadora colocou que um pai, ou uma mãe, ou o responsável por essa criança ou adolescente, bate numa DP e ainda escuta do detetive ou do investigador: “A senhora espera 72 horas”. Só que esse detetive está mal informado, mal capacitado, porque a criança é prioridade absoluta, e essa lei já foi banida há mais de 8 anos. Ele tem que fazer o registro: está sumido na comunidade. Precisamos de quê? Profissionais, Deputada Federal. Se não, a senhora vai ficar batendo na tecla. O Conselheiro Tutelar bate na tecla para dizer para o delegado, para dizer para aquele policial que ele tem que fazer o registro. “Está sumido na comunidade, foi no baile funk.” Aí, você vê, tem 5 anos. A gente conta assim o quê? Para a filha; o Luís está aí, humilde cartaz, investir nisso, porque muitos pais vão ver o cartaz: “Eu conheço esse menino; eu conheço essa menina.” É uma indicação. É um meio de encontrar. Nós não podemos, por exemplo, tráfico de pessoas



internacionalmente. A gente tem que investigar essas adoções ilegais. A gente tem de investigar como é que essas crianças saem deste País. Nós temos aeroporto e tem a Polícia Federal que pode ver isso. Eu fico, assim, extremamente aborrecida quando o turismo, quando vem para o Brasil, que vai uma escola de samba. Ninguém vê isso. As crianças e os adolescentes com o bumbum de fora, tudo de fora! Tinha que proibir isso; que a maior vai, é maior, mas a criança e o adolescente não podem estar no Aeroporto Santos Dumont ou no aeroporto lá, o Tom Jobim, com tudo de fora — com tudo de fora. E todas as vezes que tem turismo, tem isso, e a gente fica batendo nisso: na América Latina, África e Ásia estão países, para você ver, de vulnerabilidade social bem grave, onde tem maior tráfico de pessoas — maior tráfico de pessoas.

Eu queria falar aqui com os Conselheiros Tutelares. Eles, que não estão no atendimento da ponta... A gente sofre muito com isso, quando do outro lado essa rede é furada. Ela está aqui — a rede de pescador. Tem furo na nossa rede; tem furo também porque não são capacitados para isso. Ignoram essas famílias. Essas famílias voltam ao Conselho Tutelar chorando, porque não quiseram fazer o registro. O Conselho tem que bater de frente — e ele não tem peito de aço —, bater de frente e ser malvisto. Encontramos, sim, agora, um delegado da 39ª DP. Nós fomos lá, falar o que é o Conselho Tutelar, qual a atitude que ele precisa tomar, que melhorou. Fomos à 27, que é um caso da... “Olha, ocorrência policial não pode ser feita aqui; a senhora tem que fazer na área.” Só que a nossa área de abrangência é de 11 bairros, com 32 comunidades. E, segundo disse a delegada, qualquer ocorrência pode fazer até em Cabo Frio. Remanejar... A senhora quer policial para o Rio de Janeiro. Então, eu não sei por que esse impasse. A senhora aí, que é fiscalizadora, está de parabéns. Não sabem nada.

Eu queria terminar aqui com uma situação... para poder falar aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Fale no microfone, Doracy. Falta 1 minuto para concluir.

A SRA. DORACY ANACLETA EICH - Esperamos, olha bem... Até escrevi aqui. Esperamos que um plano nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas não fique sentado, fazendo calo no bumbum — a senhora me desculpe o que eu vou dizer aqui —, tem que ter atitude, contribua decididamente para a efetivação dos



padrões de proteção e de medida de combate, aprofunde as raízes do tráfico de pessoas, para que tenhamos aqui, no Brasil, onde cada criança e adolescente possa crescer e desenvolver dignamente, porque traficar criança para outro país, essa criança perdeu sua identidade, não tem defesa. Quem é ela para ser submetida a horrores e crueldade?

Por isso, eu queria agradecer em nome da Associação, a oportunidade, Liliam, de nós estarmos aqui. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, Doracy. Você está sempre ligada, defendendo os direitos de nossas crianças e adolescentes.

Quero dizer que o Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está na mesa da Dilma. Agora a gente tem que pedir: "*Assina, Dilma! Assina, Dilma!*" Ela vai assinar, com certeza.

Antes de passar a palavra para o nosso outro orador, eu queria dizer que nós pegamos uma pesquisa que diz que o número de desaparecidos sobe 20% em 4 anos.

Nós estamos com o Luiz Henrique, da FIA.

Eu gostaria que você respondesse a esta pergunta para a gente, Luiz Henrique: aumentou em 20% o número de pessoas desaparecidas, em 4 anos, no Estado do Rio de Janeiro — isso é verídico? Os registros subiram de 4.562 casos, em 2006, para 5.473, em 2010. Já nos primeiros 9 meses do ano passado, as ocorrências em delegacias aumentaram 5,2% em relação ao mesmo período de 2010. Os dados são do Instituto de Segurança Pública.

Você tem 3 minutos para responder, porque nós temos que entregar às 18 horas aqui. Então, há muita gente ainda para falar.

O SR. LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA - Depois dessa brilhante conselheira, eterna conselheira, a gente fica até...

Ilustre Deputada Federal, agradeço inclusive a esta Casa; aproveitando também a oportunidade para agradecer a última parceria que tivemos com a Rede Globo de Televisão, com a novela *Amor, Eterno Amor*, e agora com a Gloria Perez, também, colocando essa questão do tráfico de seres humanos; quero agradecer também a oportunidade de falar em público às Mães do Brasil, que conseguiram levar até o final esse caso, com a condenação desse senhor. Eu acho que é uma



luta constante. Foram até o Judiciário e conseguiram, exemplarmente, a condenação; quero agradecer também ao Projeto Trama, que já ofereceu a questão jurídica.

Mas respondo à senhora no sentido de que essa pesquisa é uma pesquisa do Instituto de Segurança Pública. O que eu posso responder à senhora são números da Fundação para a Infância. Os números atuais: nos últimos 16 anos, tivemos 3.193 casos, dos quais 2.699 já foram localizados e 494 ainda estão desaparecidos, sendo que, desses 494, 88 são menores de 18 anos, e 406 são maiores de 18 anos. Somente em 2012, tivemos 78 casos cadastrados, dos quais 57 já foram localizados, e 21 ainda estão desaparecidos.

Então, eu posso afirmar que esses são os dados que chegam até a Fundação para Infância e Adolescência — FIA. Hoje eu gerencio o Programa SOS Crianças Desaparecidas. O Instituto de Segurança Pública ou a Delegacia de Homicídios, através da Seção de Descoberta de Paradeiro, é que poderiam estar...

Mas também não deixaria de agradecer, Deputada, seu empenho nesses últimos anos — há mais de 16 anos, a gente conhece a sua trajetória —, sempre na linha da garantia dos direitos dessas crianças e, mais ainda, com a exploração sexual. Teremos, na quarta-feira,... é isso?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Segunda-feira, na ANERJ, às 14 horas.

O SR. LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA - Na segunda-feira, uma audiência.

Quero dizer que a gente precisa, conforme a declaração de todos aqui, da questão da divulgação. A divulgação, a meu ver, Deputada, é o caminho para se poder ter um resultado. Acho que com um projeto de lei nesse sentido, obrigando as emissoras — até porque essa concessão é dada pela própria União — estabelecendo o direito dessas famílias de terem a foto divulgada, a possibilidade de localização é muito grande. Quando se tem uma divulgação maciça, como, anteriormente disse, a novela *Amor, Eterno Amor*, da Rede Globo, que proporcionou várias localizações em torno dessa divulgação nacional, a gente fica acreditando que a divulgação é o caminho para que se possa ter não só a denúncia, mas também a localização dessas crianças.



Eu gostaria que a senhora pudesse se empenhar em projeto de lei nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu já apresentei esse projeto de lei, que já está tramitando na Casa, obrigando as emissoras de TV a fazerem anúncios sobre a exploração, sobre a pedofilia, sobre o abuso sexual, que é o casual na pedofilia, e sobre o desaparecimento de crianças, dando 60 inserções de 30 segundos por mês. (*Palmas.*)

Não daria para pedir mais porque não vai passar, porque eles perdem muito. Então, seriam 2 inserções por semana, o que já ajudaria bastante. Vamos ver se o projeto passa.

O SR. LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA - Terminando, eu acredito que a questão da certidão de nascimento junto com a carteira de identidade, no nascimento... Na própria maternidade, que haja posto avançado para identificar civilmente essas crianças no nascimento, juntamente com a certidão de nascimento.

Colocando bem a questão do Norte, como o nobre Deputado colocou, no III Encontro Nacional, em Roraima, falou-se muito na fronteira, em como há crianças brasileiras passando para o outro lado, para o Peru.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - É verdade, Suriname...

O SR. LUIZ HENRIQUE OLIVEIRA - É importante que haja toda uma política voltada para a identificação civil e para a cidadania dessas crianças, que é a certidão de nascimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu é que agradeço, Luiz. Muito obrigada pela sua participação; agradeço à FIA — Fundação para a Infância e Adolescência, ao SOS Crianças Desaparecidas, que sempre esteve conosco, ajudando-nos. Foi muito parceira.

Alguma mãe vai querer falar? Algum relato? (*Pausa.*) A mãe da Thaís de Lima Barros quer falar.

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Boa tarde a todos. Eu tinha falado com a Liliam que eu não iria falar, porque eu não estou me sentindo muito bem, até porque vai fazer 10 anos que a minha filha está desaparecida. Ela foi raptada no dia 22 de dezembro de 2002.



Para vocês que não sabem, é uma dor tão profunda para nós mães, quando nos encontramos em casos assim... Nós estávamos falando que precisamos nos encontrar para não falar nisso, tentar não falar nisso, para tentar sorrir um pouco, porque é muito fácil darmos risada, rirmos, mas, ao mesmo tempo, estamos chorando por dentro.

Eu tenho aqui em mãos a foto da minha filha, a foto da Larissa, a foto da Vitória e a da Mariana — são todas meninas muito bonitas, não são meninas maltratadas. É muito fácil dizer que as crianças desaparecem, mas elas não desapareceram, elas foram raptadas, elas foram roubadas de nós. Nós botamos nossos filhos no mundo para serem amados, para serem respeitados.

Aqui está o suspeito de ter levado a minha filha, em 2002. E há a Larissa, há a Michele, há a Ingrid e outras mais, que a Deputada já sabe quais são. Esse homem esteve na delegacia, porque foi feito o retrato falado. Uma pessoa fez quando minha filha foi raptada. Em 2003, ele esteve na delegacia. Teve o álibi dele, porque ele estava embarcado, como falaram. Só que eu queria que confrontassem todos os álibis dele, tanto o da minha filha quanto o da Larissa, para ver se são os mesmos que falaram na época, em 2003, com o de 2008, da Larissa. Porque, se tivessem prendido esse homem, esse suspeito, em 2003, a Larissa não teria desaparecido. *(A convidada se emociona.)*

É muito ruim, gente! A gente vê pela televisão... Quando some uma criança, eu mesma fico buscando saber se ela foi raptada ou se ela saiu de casa. Porque isso acontece, a gente sabe disso, mas essas meninas não saíram de casa.

Quando eu fui prestar queixa da minha filha, em 2002, cheguei à delegacia, e o policial me perguntou se a minha filha estava na casa de um namoradinho, com 9 anos de idade. A minha filha sempre me falava sobre tudo o que acontecia com ela. Como é que pode? Um policial, em vez de estar ali para fazer o seu papel, vem perguntar se a minha filha estava na casa do namorado dela? Eu falei a ele que eu tinha procurado na casa de todas as amigas dela.

Quando eu cheguei — porque eu não estava presente —, já estavam todos com fotos da minha filha, espalhados, procurando por ela. É uma dor muito profunda. Eu espalhei *outdoor* da minha filha. Eu espalhei, depois, *outdoor* da minha filha com a Caroline, e ligaram para a minha casa. Meu pai, um senhor de idade,



atendeu ao telefone e disseram que iam arrancar o dedo da minha filha e mandar pelo correio. Imaginem vocês, que são mães e que são pais, ouvirem uma coisa como essa! Você não sabe com quem está ou deixa de estar.

O caso da minha filha está na DCAV. Eu estive falando com o Inspetor Amauri sobre o caso — porque ele tinha sido condenado pelo caso da Larissa —, que ainda está em inquérito desde 2002. E fica pra lá e pra cá, pra lá e pra cá, como se fosse um boneco, o processo da minha filha. Ele não vira um processo, está só como inquérito. Isso é uma vergonha! Eu estou tentando várias vezes. E fora que a minha filha, aqui, está com 9 anos; atualmente, com 19 anos.

Essa semana, eu sonhei com a minha filha, mas não se sabe hoje como ela está fisicamente. Lembrar-me dos dados dela só com 9 anos é muito doloroso. Eu não sei como a minha filha está. Eu estive na Polícia Federal, há uns anos atrás, para tentar fazer a foto de envelhecimento da minha filha, e não foi feito, porque não estão fazendo mais. *(A convidada se emociona)*

Eu queria pedir, para ver se vocês conseguiriam, Liliam, esse caso de foto de envelhecimento dessas meninas, porque eu divulgo na Internet, eu divulgo em tudo o que é lugar, eu divulgo fora do País, só que, infelizmente, a minha filha não está mais com esse rostinho. Eu olho para o meu filho: totalmente diferente do que era antes. Então, é muito descaso o que acontece com casos de crianças que são raptadas. É muito doloroso para nós estarmos aqui, sempre. Quando eu fui convidada para estar aqui, eu disse: “*Nossa! Novamente...*”, porque é árduo para a gente. Muitas mães não vêm porque já estão cansadas, porque é sempre a mesma coisa, sempre a mesma coisa. A gente está sempre retornando à mesma... Sabe, isso é muito doloroso para a gente, é muito desgastante para nós, para a nossa família e, psicologicamente, para todas nós.

O meu filho está com 18 anos. Na época, tinha 8 anos. O meu filho não faz amizade com outros coleguinhas. É muito difícil. Ele teve tratamento psicológico, eu tive tratamento psicológico, junto com as Mães do Brasil. Nós tivemos apoio da nossa ONG Mães do Brasil e nós tivemos tratamento psicológico. Mas é muito doloroso para a gente olhar o nosso filho e ver que o nosso filho tem algum problema. Meu filho é normal? É, mas ele tem um probleminha. Ele não fala comigo sobre a minha filha, mas ele vê que eu mexo no computador, ele fuça tudo. Mas ele



não fala comigo, e nem eu tenho coragem de chegar perto do meu filho para falar com ele, porque eu sei que é doloroso para ele, tanto para ele quanto para mim.

É muito doloroso estarmos aqui presentes. Esperamos, Deputada, que essa CPI tome os maiores cuidados com esses casos, porque nós achamos que essas crianças estão sendo traficadas mesmo. Porque esse Fernando, quando nós estivemos lá no Ministério Público — é que eu e a Raquel estamos sempre juntas — ... quando estivemos lá, teve um inquérito desse menino, que ele quase pegou, e não conseguiu pegar porque o menino conseguiu fugir. Só que tinha uma mulher também no carro. Quer dizer, ele não age sozinho. Isso pode ser uma quadrilha. Ele tem que ser investigado, sim, porque não sou eu que estou julgando ele, é o processo que está sendo julgado, todinho. Tudo vai em prol dele, desde 2003 até agora. Então não sou eu, não fui eu que fiz o retrato falado dele, porque eu não vi, foi uma pessoa que fez o retrato falado, e o retrato falado praticamente é a cara dele.

Eu queria só agradecer a vocês estarem aqui nos ouvindo, porque é muito ruim para nós falarmos de nossos filhos, sabe? Vocês estão aí olhando, vocês pensam assim: *“Nossa, se a minha filha sumir, eu mato, e isso..., faço isso, faço aquilo”*. Eu não quero fazer isso com as minhas mãos, não, porque eu não quero me sujeitar a esse homem.

Quando a Wal esteve aqui, falou aqui de cinco casas; quando estivemos na polícia, nós soubemos que ele tem mais três casas, então, são oito casas. Não sei quantas casas mais esse homem tem. Não sei que poder é esse que esse homem tem, mas o único poder que eu acredito é no poder divino de Deus. (*Amém.*) É Ele que me põe de pé todos os dias. É a Ele que eu tenho que agradecer todos os dias de nós estarmos aqui de pé. É a Deus. Eu aqui estou em prol Dele também, porque é Ele que me sustenta, porque eu quase me matei. Eu quase acabei com a minha vida por causa de um indivíduo desses, que pega as nossas crianças que nós colocamos no mundo para serem amadas, respeitadas, terem o direito de ir e vir.

O direito de nossos filhos, cadê? Não têm. Não estão tendo direito os nossos filhos de sair de dentro de casa e retornar. Tem crianças que somem em frente de casa. Quando a Raquel me contou da Carol, o que acontece? Ela foi levada — a Larissa, desculpa!... Quando ela foi levada, ele entrou dentro da casa dela. Como



pode uma pessoa entrar dentro de casa, mexer na televisão, na geladeira, mexer em vários lugares, e a polícia não pedir as digitais? Só porque é filho de pobre e não tem direito? Cadê? Não podia ter pegado as digitais? Ali ia tirar a dúvida de tudo. Mas não foi feito. Nada disso é feito.

Nós tivemos policiais sim, competentes, que nos ajudaram, mas vocês sabem que, toda vez, no inquérito, sempre vão três, quatro anos, e daqui a pouco é trocado o inspetor. Toda vez era isso. E isso estava ficando exausto para nós, porque a gente tinha que voltar lá e contar tudo novamente para outro inspetor. É sempre a mesma coisa. Isso vai fazer dez anos comigo. É sempre a mesma coisa. Enquanto nós estamos falando aqui, pode estar sendo raptada outra criança agora. E vai acontecer a mesma coisa, vai continuar acontecendo. E há policiais que não respeitam a lei, dizem que é 48 horas para algumas mães. Isso aconteceu com várias mães. Isso é um absurdo! Como é que um policial entra e não sabe do trabalho dele, que tem que ser de imediato? Sabe, são coisas que cansam a gente. Só isso o que eu quero falar. Eu não tenho mais nada para falar.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Elisabete, o seu relato é muito emocionante para todos nós, eu acompanho a sua luta há muitos anos, mas eu quero te dizer que nós estamos trabalhando nisso, que você falou assim: *“Ah, ninguém olha para a gente”*. Nesse sentido, a gente sabe que é falho. Nosso sistema é falho, nós estamos aí com a CPI para tentar resolver essas falhas, e vamos tentar de todas as maneiras ouvir, vamos chamar o Juiz que deu a sentença, vamos chamar esse indivíduo, e ele vai ter que fazer o esclarecimento. Agora a coisa vai. Sei que fizemos diversas audiências públicas que vocês participaram, chamamos a INTERPOL, a Polícia Federal, a Polícia Civil, veio tanta gente aqui e ninguém fez nada, já deveriam ter dado uma resposta para vocês há muito tempo. Eu quando vou dormir sempre me lembro de vocês, e os rostos dessas crianças ficam sempre na minha mente, eu tenho falado sempre.

Por isso, quando cheguei à Câmara de Vereadores, a minha primeira atitude foi colher assinaturas para montar a CPI da Exploração e Abuso Sexual Infanto-Juvenil, porque acho que é uma rede de exploração de pedofilia, e essas crianças saem mesmo do Brasil, para fora, para o tráfico de pessoas, para essa rede, às



vezes até rede de adoções ilegais, e nós estamos trabalhando para isso e vamos dar uma resposta para vocês.

Vamos tentar ver o advogado, vamos rever esse caso e vamos lutar para que vocês tenham respostas. Vocês não podem mais ficar sem respostas. Chega de impunidade, chega de descaso com a vida humana. Sei que há falhas, nós precisamos de um serviço de inteligência, a polícia precisa de um aparato — estamos ali com a nossa inspetora que vai falar daqui a pouco —, e nós precisamos aparelhar, a polícia precisa...

Eu tenho viajado o Brasil todo com a CPI, como Relatora da CPI, e o que a Polícia pede é isso: *“Nós queremos que o Governo invista mais no serviço de inteligência”*, que às vezes a Polícia quer ajudar, mas ela não tem como. Nessa questão do envelhecimento, fazer a fotoenvelhecimento, não se tem. Nós fizemos a audiência em Brasília na questão do DNA. Porque deveria pegar, assim que some uma criança, o DNA da família; e assim que encontrar uma ossada, algum vestígio, fazer a comparação para poder dar uma resposta. Mas nós estamos tentando corrigir essas coisas e vamos caminhando. Eu sei que vai melhorar. Vai levar um tempo, mas vai melhorar.

Eu acredito que enquanto criança não for prioridade no Brasil... Nós temos a nossa Presidente Dilma que tem investido muito na criança; essa CPI vai fazer uma audiência muito grande; a CPI da Exploração, também. Vamos chamar todos os atores. Está a Copa do Mundo aí, vem o turista que vem com o pacote já feito oferecendo as nossas crianças, e daqui elas desaparecem nas fronteiras.

Vamos ouvir a nossa inspetora da Polícia Rodoviária Federal, que vai falar agora, e ela vai explicar para gente o caso. Eles fazem o mapeamento dos pontos vulneráveis e combatem os caminhoneiros, postos de gasolina, bares e restaurantes, que é onde eles fazem essas paradas, de onde essas crianças podem estar sendo levadas. Não se tem como parar todos os carros — porque às vezes estão em carros, particulares — que vão de um Estado para outro em carros particulares, e daí vão sumindo as nossas crianças, os nossos adolescentes, as mulheres, por tráfico, aquelas que já saem do Brasil com uma proposta de trabalho lá fora.



O Padre Couto, o nosso Deputado, falou aqui conosco que existe um ...é chamado de engorda, onde se trocam os documentos. Então, as nossas adolescentes às vezes saem daqui com documentos falsos, com idades... dizem que têm 18, 20 anos e não têm, são todas adolescentes.

Então, estamos investigando. A CPI vai dar resposta à sociedade, porque a sociedade precisa de uma resposta, as famílias brasileiras precisam se sentir seguras em relação aos seus filhos, saber que seus filhos estão na escola e não estão sendo aliciados para o tráfico de drogas, não estão sendo aliciados por um cafetão, por uma cafetina, não estão sendo raptados, sequestrados. Eu sempre disse que filho de pobre não é sequestrado, é desaparecido. É isso que eles fazem! Porque se fosse um filho de rico, eles botam tudo, fazem todo o aparato. Na questão da digital, tem-se que pagar o perito para ir lá e tirar a digital. Então, isso custa caro para a polícia — a doutora está aqui e sabe disso —, tem que pagar. Então, por isso é que não foi feito.

Chega de impunidade. Nós precisamos avançar. Eu espero que esta CPI... Eu tenho a certeza de que ela está fazendo um trabalho maravilhoso. Nós temos pessoas boas. Graças a Deus, nós chegamos em Brasília, onde todo mundo fala muito mal de Deputados, que Deputado é ladrão, que é isso, é aquilo, e eu encontrei um grupo bom de pessoas que lutam pelos direitos humanos, pessoas que estão imbuídas de amor, que estão querendo resolver uma questão crucial, uma questão que está acontecendo no Brasil inteiro, que é a questão da exploração sexual, do turismo e desaparecimento de crianças, a pedofilia. Isso... não tem dinheiro no mundo que pague a dor de uma mãe, quando chega aqui. Eu já chorei muito por vocês, chorei hoje, de novo. Eu sempre choro por vocês porque eu sinto, no meu coração, a dor de vocês em vocês não saberem se os filhos de vocês estão vivos ou não, nem para poder prestar uma homenagem, enterrar os restos mortais e alguma coisa assim. Então, é uma aflição, e vocês ficam a vida inteira com isso, enquanto não se resolver.

Então, que Deus abençoe vocês. Nós estamos trabalhando. A CPI vai dar resposta — o nosso Secretário da CPI já anotou tudo —, e nós vamos dar resposta para vocês, por isso nós estamos aqui. Eu não me esqueci de vocês, eu não me esqueci. Eu cheguei em Brasília e a primeira coisa que eu fiz foi isso. E eu não vou



sossegar enquanto a gente não tiver resposta dessas meninas e meninos que desaparecem no Brasil. Nós ouvimos as Mães da Sé, e é a mesma coisa. E isso é em todo o Brasil.

O Cadastro Nacional, pelo qual nós lutamos tanto — o Luiz, da FIA, está aí —, o Cadastro Nacional, infelizmente, não está funcionando como deveria funcionar. O Disque 100 é a única ferramenta que nós temos, mas, mesmo assim, não dá aquele resultado na hora. Você precisa ter, na hora em que some a criança, um órgão para ir lá: a televisão, o rádio, ter alguma coisa para que você possa dizer: “*Olha, sumiu, vamos parar tudo*”. Mas, infelizmente, não é assim. Aí dá tempo de eles saírem pelas nossas rodovias, pelas nossas vias e sair até pelas nossas fronteiras.

Deus te abençoe, Elisabete. Eu quero...

A SRA. ELISABETE MARTINS DE LIMA BARROS - Deputada, eu só queria agradecer. Agradecer à Sra. Liliam Sá, porque desde 2003 eu a conheço. Sempre me tratou com muito carinho e respeito, desde o momento em que nos conhecemos. E pedir desculpa a algumas autoridades, porque eu falo de policiais. Eu sei que existem policiais bons, como eu falei. Teve policiais muito bons que trabalharam, mas há policiais que também não têm ferramenta pra trabalhar, a gente sabe disso, também. Eu só queria agradecer a todos vocês pelo carinho e respeito por nossas crianças. Não é nem por nós, mas por elas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Tá bom, querida. Deus te abençoe!

A mãe da Mariana Zheng... — está aí, ou não? (*Pausa.*) Está a tia. Quando a Mariana desapareceu, veio uma senhora no meu gabinete — eu estava como Vereadora desta Casa —, dizendo que era professora dela. Eu gostaria, depois, de conversar para saber se essa pessoa realmente era professora dela. (*Pausa.*) Ângela, era isso? (*Pausa.*) Ah, tá! Ela veio no gabinete para saber da menina, como estava. Queria saber, porque ela ia muito na casa dela. (*Pausa.*) É a Ângela? isso mesmo! Então, tá.

Gente, eu vou passar a palavra agora para a nossa inspetora, a Marisa Dreys, que é da Polícia Rodoviária Federal, e também é Presidente de Direitos Humanos.



Dra. Maria Camardella, um beijo! Eu conto contigo lá em Nilópolis, com as mulheres, combatendo a violência contra a mulher. Muito obrigada, querida. Um beijo no coração.

Depois, se alguém quiser se manifestar... Depois dela, rapidamente... Algum comentário rápido, porque nós temos que encerrar às 6 horas — está bom?

A SRA. MARISA DREYS DA SILVA XAVIER - Bem, pessoal, boa tarde! Eu vou ser bastante direta, aqui, com as ações que a Polícia Rodoviária Federal vem colocando em prática, porque, nesses casos, é importante que a gente chame atenção para a importância da prática. Porque é como todos estão falando aqui: a gente precisa de ações, com resultados.

Bem, inicialmente, falou-se muito aqui no mal agir dos policiais. A gente sabe que é uma realidade que está presente não só dentro da Polícia, mas dentro de toda a rede. Há manifestação da senhora que lidera os conselhos tutelares, que disse que a nossa rede, muitas vezes, é furada. Ela se fura em muitos momentos, mas no que diz respeito à Polícia Rodoviária Federal qual foi uma das nossas primeiras providências? Precisamos conscientizar os nossos policiais desse tipo de crime; precisamos que eles conheçam o que é o tráfico de seres humanos e a exploração sexual de crianças e adolescentes. E como é que eles podem fazer isso: através de treinamento, sim.

Nós, há 10 anos, já inserimos o ensino de direitos humanos na grade curricular. Por quê? Porque não é possível falar sobre tráfico de seres e exploração sexual de crianças e adolescentes se não falarmos no valor maior que orienta todas essas ações, que é o respeito aos direitos fundamentais.

Dentro dessa iniciativa, onde nós tratamos de tudo e inclusive daquilo que não se quer ver, como falou o Secretário, nós tratamos de tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes, violência contra a mulher, racismo e combate ao preconceito contra a homossexualidade. Tudo isso é discutido dentro da Polícia, dando aos policiais espaço para pensamento crítico, porque viemos todos de uma sociedade muito pouco crítica, que aceita com muita tranquilidade.

Eu não sou mãe, Deus não me deu essa oportunidade. Mas, talvez por isso eu me sinta na obrigação de ser mãe das mães, de ajudá-las, na nossa profissão, a combater esses crimes. Então, qual a nossa primeira providência? A Polícia



Rodoviária Federal criou um cartãozinho — é uma coisa simples, está aí com vocês —, que dá a esses policiais da pista alguns indicativos de tráficos de seres humanos. Ou seja, dá um roteirinho para o policial e diz assim — primeira pergunta: *“A vítima está de posse de seus documentos de identificação e de viagem?”*

Muitas vezes a gente encontra, dentro de ônibus de viagem, jovens sozinhos, mas, se esses jovens estiverem com os documentos e tiverem ali 17, 16 anos, nós não podemos retirá-los de dentro do ônibus e dizer que eles não vão viajar, porque isso não é crime e jovem de 17 anos pode viajar. Mas, muitas vezes, a gente precisa saber. Será que o pai sabe? A gente, às vezes, desconfia, pelo trabalho policial.

Então, esse roteirinho aqui serve para isso e serve também para outras situações onde a gente encontra até adultos, e adultos que têm certidão. Por quê? Será que a gente pensa que rede só existe para o lado do bem? Não, rede existe para o lado do mal também. Será que alguém acha que o crime ou essas crianças são traficadas assim — desculpem o termo —, mas na cara de pau? Claro que não é, existe toda uma rede que falsifica certidão de nascimento, carteira de identidade e tal e etc., que a gente precisa conferir, sim.

Então, muitas vezes é necessário que o policial tenha a proatividade de perguntar, de separar essa pessoa: *“Vem cá, você está com o seu documento? Qual é a sua religião?”* Perguntas que nós somos treinados para fazer, para descobrir se ali pode haver um indício. E isso é muito importante.

Mas essas pessoas têm que estar treinadas, elas têm que estar sensibilizadas. E é isso que, dentro da Polícia Rodoviária Federal, nós procuramos fazer, porque nós não trabalhamos com carros, nós trabalhamos com pessoas; pessoas que estão dentro desses carros e que se acidentam e que têm as suas vidas, naquele momento ali, praticamente nas nossas mãos.

Uma segunda atitude que a Polícia Rodoviária Federal fez foi o mapeamento dos pontos vulneráveis. E o que são pontos vulneráveis? São pontos que foram verificados pela Polícia através de critérios técnicos, estudados e científicos, com a participação da OIT, Secretaria Estadual de Direitos Humanos e outros parceiros, através de parcerias multissetoriais, onde nós apontamos indicativos que tornavam determinados pontos vulneráveis. E que indicativos eram esses? Se havia venda de



drogas naquele local; se havia consumo de bebidas alcoólicas; grande tráfego de crianças pelo local. Então, de acordo com isso, mapeamos.

E por que é tão importante esse mapeamento? Esse mapeamento é importante para a gente poder combater o crime. Se a gente não souber onde ele acontece, como é que nós vamos combater? E, para isso, quem fez esse mapeamento foram os próprios policiais, através de uma pesquisa anterior com os caminhoneiros.

E nós tivemos parcerias para isso. Ninguém trabalha sozinho nesse tipo de crime. Então, tivemos a OIT, que nos ajudou com a metodologia do mapeamento, através da Childhood; a Secretaria de Direitos Humanos; a Secretaria Nacional de Justiça, que está coordenando as ações de tráfico de seres humanos nos núcleos e postos humanizados de enfrentamento, que são núcleos e postos que tem nas entradas das cidades, rodoviária e aeroporto — isso é muito importante; o Ministério Público do Trabalho, porque são eles que nos acompanham e muitas vezes nos provocam para acabar com situações de exploração de tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo; o Ministério do Trabalho e Emprego, que são os grupos móveis; a ONG Childhood; o projeto Siga Bem Caminhoneiro. Então, com essas ações, a gente teve, até o ano de 2012, mais de 230 trabalhadores resgatados e 350 crianças e adolescentes retirados de situação de risco.

Além disso, estamos entrando num programa que se chama Caminhoneiros Contra o Tráfico. Os caminhoneiros recebem de nós um cartãozinho pequeno. Entre outros dados que eles colocam aqui, a gente coloca o Disque 100 ou o 191, que é o da Polícia Rodoviária Federal, e a gente coloca bem destacado aqui:

“O consentimento do adolescente não tem valor e não exclui o crime. Não é porque o adolescente (a adolescente) consentiu com algum tipo de crime, seja tráfico ou seja exploração, ainda que ele não saiba, que isso vai deixar de ser crime. O consentimento não exclui.”

Então, é muito importante que essas pessoas saibam disso, que eles participem dessa rede, já que, durante muito tempo, foram os consumidores de sexo pago.



Mas vamos falar um pouquinho mais aqui — e já terminando também, porque o tempo está apertando — que não são só as vítimas de desaparecimento que não são vistas. Existem também as vítimas de trânsito e tantas outras vítimas que a nossa sociedade também não enxerga como vítimas. A gente se preocupa com quem faz e normalmente não se preocupa com quem sofre, a estrutura é muito pequena para isso.

E aqui eu gostaria de ressaltar a importância de uma CPI. Pessoal, uma CPI tem poderes que se assemelham aos poderes dos magistrados, e daí a importância da Deputada Liliam Sá e Deputados Arnaldo Jordy e Luiz Couto de trazerem as mães aqui, para que elas tenham voz. Pessoal, para que a máquina pública possa trabalhar, a gente trabalha por proatividade, mas muito mais quando a gente recebe a denúncia, coisa que, no nosso País, ainda é muito pouco valorizada, quando, muitas vezes, não é até mesmo criticada.

Tem que denunciar, sim, tem que falar, tem que trazer a público. E foi porque uma primeira mãe chegou aqui e deu o nome de acusado que agora a Deputada Liliam Sá vai poder chamar esse acusado na CPI, para se explicar. E, caso haja algum organismo policial ou judiciário que não tenha se mexido, pode se preparar — não é, Deputada? —, porque vai ser chamado também.

As crianças não têm problema nenhum, quem tem problema é a sociedade e as pessoas que precisam trabalhar e, muitas vezes, não têm nem essa condição. Mas isso não pode servir como escudo ou como esconderijo de que não vamos trabalhar ou achando que é fácil se contentar com essa situação. Não é.

A gente, conversando aqui com um colega também da Polícia Rodoviária Federal, que está aqui comigo, o Márcio, nós pensamos em trazer para vocês uma realidade sobre essa questão do desaparecido ou de mães que, a partir de contato, pela Internet, com os filhos, percebem que os filhos sumiram de casa. Mais de, pelo menos, quatro vezes este ano, nós tivemos denúncia imediata da família, dizendo: *“Olha, minha filha está indo para a Região dos Lagos. Para o ônibus!”* E a gente vai, meio sem saber muito como nem por que, ou meio na suspeita ou meio de qualquer jeito, por puro amor ao que se faz e amor e amor ao próximo. A gente para o ônibus, tira todo mundo e vai atrás. Agora, a gente precisa saber das coisas rápido, porque o criminoso também é preparado para aquilo ali, ele quer sair rápido.



Então, muitas vezes a família liga e a gente sabe. A adolescente diz assim: *“Ah, mas eu tô viajando, não tem nada de errado comigo”*. Não tem problema, a gente acha uma infração de trânsito, a gente entra em contato com a família, a gente diz: *“É, tá tudo certo, mas você não vai prosseguir, não. Desce você, e vamos ver quem mais está com você. Vamos ver lá na empresa de ônibus”*. E assim, a partir de uma rede, a gente trabalhar.

Uma ideia que fica, Deputada, para a CPI: é que se faça uma comunicação imediata das delegacias de Polícia Civil, quando da denúncia do desaparecimento dessas crianças. Se a gente conseguir saber disso rápido — é rápido mesmo; é na hora; é registrou, passou para a Polícia Rodoviária Federal —, talvez a gente consiga, através do que tenha dito, do que venha, fazer a interceptação na hora. Porque, quando chega, já chega com atraso de 2, 3 dias, e aí fica mais difícil de a gente trabalhar.

Pessoal, se quiserem falar conosco, com a Polícia Rodoviária Federal, podem entrar em contato pelo 191. O atendimento é imediato ou ouvidoria@dprf — de Departamento de Polícia Rodoviária Federal —.gov.br. Essa Ouvidoria é auditada e numerada, ou seja, não existem denúncias de ouvidoria que não sejam respondidas — todas serão. E as mães... Uma das mães estava agradecendo nós estarmos ouvindo, e eu digo para vocês, em nome de todos nós, policiais rodoviários federais: *“Mães ou não mães, nós é que agradecemos; nós é que agradecemos a luta de vocês, como seres humanos que colocam a vida de vocês aqui, todo o sentimento, todo o sofrimento, para evitar que o mesmo venha a acontecer com outras pessoas”*.

Pessoal, é muito difícil para todo mundo, mas acho que, se a gente lutar juntos, a gente vai chegar a uma vitória.

Parabéns para vocês, mães! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Agradeço à Inspetora Marisa Dreys e ao Superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Antônio Vidal. Ela está conosco desde a manhã. E a gente sente que você tem um coração emotivo e que tenta ajudar. E são as pessoas que lutam pelos direitos humanos.

Nós temos 5 minutos. Temos de encerrar nossa sessão, mas a Terezinha Lameira, Coordenadora do CEPIG — Coordenadoria Especial de Promoção da Política para Igualdade de Gênero —, pediu a palavra. Mas nós temos só 5 minutos.



E, aí, se vocês quiserem fazer algum relato para a gente, nós vamos estar ali, na outra sala. Quem quiser conversar com a gente, a gente vai pegando o depoimento de vocês. Se quiserem fazer alguma denúncia em particular, igual nós já estamos fazendo ali, com uma senhora, não é? O Presidente foi para lá, o Vice-Presidente, fazendo uma oitiva com uma senhora que está fazendo e não pode ser identificada. Se vocês quiserem, nós estaremos ali, ao lado.

Eu queria agradecer a presença do Pastor Robério, do Pastor Ivelto e da Alessandra, da Aliança de Futebol Feminino, que faz um excelente trabalho com as meninas, não é? E é uma forma de o futebol feminino tirar as meninas das ruas e dar uma perspectiva melhor a essas meninas.

Com a palavra, querida.

A SRA. TEREZINHA LAMEIRA - Boa tarde a todas e a todos.

Queria cumprimentar a Mesa, queria agradecer...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Antes de você falar, deixe o Presidente se despedir e fazer suas considerações finais, rapidinho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Desculpem-me, mas tenho de sair agora por causa do voo, e agradecer a presença de todos, à nossa Liliam. Nós estávamos ouvindo aqui dois depoimentos, que eram sigilosos, até porque uma das pessoas está ameaçada... Sua segurança pessoal está ameaçada; já foi ameaçada de morte, mas foi tudo bem.

Sucesso, aí, e vamos em frente, aí, nessa luta de combate ao tráfico humano, e nós vamos aprovar o requerimento para ouvir esse cidadão que foi objeto da denúncia e outros casos que a Deputada Liliam considere importantes para nós ouvirmos, nós vamos fazê-lo na próxima terça-feira, na sessão da nossa CPI.

Boa noite a todos. Bom final de semana. Fiquem com Deus. Um abraço.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Boa noite a todos. Que Deus continue protegendo cada um de nós e nos iluminando, para que nós possamos botar na cadeia todos esses marginais, criminosos, que estão fazendo isso com os filhos e as filhas de todos nós.

Então, que Deus nos ajude nessa caminhada. Nós vamos, sim, seguir, porque não dá para que possamos aceitar que a impunidade seja vitoriosa. Nós queremos que a Justiça se realize. E é nesse sentido que vamos lutar até o final.



Muito obrigado. Um abraço para todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Pode falar, querida.

A SRA. TEREZINHA LAMEIRA - Boa tarde a todas e a todos. Eu queria cumprimentar a Mesa, agradecer o convite à Deputada Liliam Sá, fazer um cumprimento especial a todas as mães. Eu queria dizer pra vocês que eu não consigo imaginar, de jeito nenhum, estar no lugar de vocês.

Eu tenho duas filhas e um neto. Eu não consigo imaginar. Tenho certeza de que a dor de vocês é muito grande.

Bom, Deputada, nós somos uma coordenadoria especial ligada ao gabinete do Prefeito, integrante da estrutura do gabinete do Prefeito. Nós trabalhamos com atendimento a mulheres. Então, nós somos o órgão gestor da política de mulheres da Prefeitura do Rio de Janeiro. Nós trabalhamos com um centro de referência dentro da coordenadoria que atende principalmente mulheres vítimas de violência doméstica.

Nós temos um abrigo para mulheres em situação de violência doméstica com risco de morte que está vinculada à coordenadoria. E nós trabalhamos o conjunto das ações das políticas para as mulheres articuladas com as políticas setoriais.

Então, nós queremos colocar a coordenadoria à sua disposição e à disposição de todos. O que nós pudermos colaborar com a CPI, com o andamento dos trabalhos e com a execução das políticas para as mulheres, nós estamos à disposição.

A Prefeitura mantém também no Aeroporto Tom Jobim um Posto Avançado de Atendimento Humanizado aos Migrantes, que foi inaugurado em 2010, e esse serviço é realizado pela Guarda Municipal. E, no ano passado, na verdade, esse posto avançado trabalha atendendo às pessoas que não são recebidas em outros países, trabalha com as pessoas deportadas e trabalha também com os casos em que há indícios de tráfico de pessoas. É um trabalho novo, é um trabalho que está começando. Mas, no ano passado, de 70 atendimentos, foram verificados que em 12 casos havia indício de que possa estar havendo tráfico de pessoas. Então, é a Guarda Municipal que é a responsável. Nós temos na coordenadoria um comitê que articula pra dentro da Prefeitura. Então, essa é a nossa grande ponte com vários órgãos, inclusive com a Guarda Municipal fazendo todo esse trabalho.



A qualquer mulher, a todas as senhoras aqui presentes, nós funcionamos fazendo atendimento a mulheres. O nosso foco de trabalho são as mulheres. Quando a gente abriga uma mulher, a gente abriga as suas filhas e filhos, sim, porque eu não posso abrigar uma mulher que está em risco e deixar os seus filhos e filhas na rua. Mas, no que nós pudermos ajudar, nós estamos à disposição.

O nosso telefone é 2517-2726 e nós funcionamos ali bem em frente ao Terreirão do Samba. É muito fácil achar, porque é dentro do Centro de Artes Calouste Gulbenkian, bem em frente ao Terreirão do Samba.

A gente usa a expressão CEPIG, porque o nome da coordenadoria é muito grande e para divulgar fica muito mais fácil a gente chamar de CEPIG. A gente vem fazendo um trabalho, nós somos uma coordenadoria jovem, que foi criada em 2009, e a gente vem fazendo um trabalho nesse sentido de que a gente possa ter uma linha de ação no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica, uma linha de ação que esteja no sentido da prevenção da violência, e uma terceira linha de ação que é de fazer esse trabalho da gestão das políticas nas diferentes secretarias, acompanhando, sem duplicar o trabalho, mas acompanhando a execução da política setorial. Então, mais uma vez nós nos colocamos à disposição no que for preciso e a coordenadoria está de portas abertas.

Eu queria registrar também que nós fizemos um levantamento. Antes da coordenadoria, existia um projeto chamado Rio Mulher. Nós fizemos um levantamento em toda a história dos registros que nós temos de atendimento. Nós não temos nenhum caso que tenha chegado a nós — e aí a importância da denúncia —, nós não temos nenhum caso que tenha chegado a nós como o tráfico de pessoas. Somente, e anterior a 2009, antes da criação da coordenadoria, houve um pedido de abrigo pra uma mulher que havia passado por essa situação. Então, nos nossos registros não constam nem a demanda espontânea nem encaminhado por nenhum outro setor, o que só reforça a fala da nossa policial federal dizendo que a denúncia é muito importante e que o encaminhamento das mulheres para os serviços, ele é muito importante.

Nós temos assistente social, nós temos psicóloga que trabalham conosco e que poderão estar ajudando, poderão estar encaminhando, poderão estar fazendo com que essas mulheres possam pelo menos ter algum amparo.



No que estiver dentro da nossa alçada, a gente pode estar correlacionando com os outros setores dentro da Prefeitura pra buscar ajuda, lembrando sempre que o nosso foco é o atendimento à mulher. Está bom?

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Liliam Sá) - Eu é que agradeço, Terezinha Lameira. E agradeço também, em nome do Prefeito Eduardo Paes. Um trabalho muito bonito, é bom ser divulgado. Se na segunda-feira você puder estar conosco, segunda-feira, às 14 horas, a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, da qual eu sou autora e relatora, estará na ALERJ. Nós vamos fazer uma semana inteira de diligências em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Então, nós vamos fazer, vamos a vários órgãos e vamos fazer um levantamento, um diagnóstico. Hoje nós viemos à CPI, eu estou em duas CPIs — olha que coisa chique, não é? —: a do Tráfico... Veio aqui para ouvir as mães que têm os seus filhos desaparecidos, as entidades que lutam pelos direitos das crianças e adolescentes, a sociedade civil, organizada, os outros setores, para que a gente possa fazer um diagnóstico de como está a questão do tráfico de pessoas no Rio de Janeiro. Isso é muito importante. E depois fazer a comparação com a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Nós sabemos que toda criança que passa pela exploração sexual, primeiro, ela sofre o abuso para depois ela passar, como vítima, para a exploração.

Então, eu queria agradecer a todos vocês que vieram aqui. Gostaria de agradecer a minha equipe, Dr. Márcio Oliveira, o Paulo Coelho, o Ozéias Santos, o Jarbas, o Edir, o Pastor Marcelo Valle, a Maria Amélia, Maria Estela, a Dona Ilda, e todos vocês que vieram contribuir de alguma maneira, e até ouvir, porque às vezes entidades aqui que não têm a fala porque não dá para dar a fala para todos, mas vieram também trazer a sua contribuição ouvindo e passando adiante, através das redes sociais, o que foi falado aqui e ajudando a gente também a compor esse quadro, esse diagnóstico da cidade do Rio de Janeiro em relação ao tráfico de pessoas.

Então, eu gostaria de agradecer mais uma vez à Karla, que também está presente, em Niterói, em nome do Prefeito eleito: ao Rodrigues Neves, dá um abraço pro Prefeito; a todos vocês que estão aqui. Muito obrigada, Márcia, do



Conselho Tutelar de Japeri, que está conosco, eu já falei. E um beijo no coração, e agradeço a vocês.

E a melhor coisa, para vocês que estão assistindo a gente pela *TV Câmara*: o Delegado, Dr. Fernando, esteve conosco nesta manhã e ele estava fazendo um relato sobre a Internet. E isso nós vamos falar lá na ALERJ, e não vamos fazer nem na... Só vai ser audiência na ALERJ, não vai ter aqui na Câmara de Vereadores. Então, eu vou passar para vocês. E ele fez uma denúncia gravíssima: que pedófilos, eles estão entrando nas redes sociais se passando por adultos e fazendo com que a menina... Vai envolvendo a menina, dizendo que tem a mesma idade, e tal, e a menina, às vezes, fica apaixonada e começa: *“Ah, você é linha, maravilhosa.”* Vai envolvendo a menina de uma maneira, fazendo com que ela tire a roupa, às vezes, fique de sutiã, alguma coisa.

Depois que a menina faz isso, ele passa a chantagear essas meninas: *“Ah, se você não fizer o que eu quero, eu vou passar, eu botar você nas redes sociais, eu vou divulgar isso na sua escola, eu vou falar para os seus pais, eu vou fazer isso...”* E a criança passa a ser refém.

E ele estava contando que ele estava com um caso em Copacabana, que a menina estava querendo até se suicidar porque não estava mais aguentando a pressão. E esse cara está sendo procurado. Ele fugiu, a INTERPOL está atrás dele, porque ele já foi... Vinte e três anos. Quer dizer, não é mais criança, já é um adulto, fazendo isso com essa menina. Então, ele está com várias denúncias nesse sentido.

E eu quero falar para vocês que estão assistindo a gente aqui, na Câmara de Vereadores, que você que é mãe, que é pai, olhe o que os seus filhos estão acessando na Internet, alerte seus filhos para que não deem ouvidos a pessoas que eles não conhecem em porta de colégio.

Eu estou com outra denúncia lá da Ilha do Governador, que um certo cara está aliciando meninas para fazer filmes pornográficos, e fica insistindo, dando dinheiro. Aí, leva a menina, faz o filme dizendo que é um teste, mas já é um próprio filme e, depois, ele pega esse material e ninguém sabe o que se está fazendo com esse material. Então, nós temos uma série de denúncias.

Então, procure saber o que os seus filhos estão fazendo. Se, às vezes, você está vendo o sofrimento dessa mãe, as lágrimas dessas mães que estão aqui, você



vai dizer assim, olha: *“Isso nunca vai acontecer comigo”*. Mas isso acontece em toda classe social, em toda classe social.

Então, você tem que ter muito cuidado. Veja o que o seu filho está fazendo, escute o seu filho, sua filha quando chegar da escola... Quinze minutos...

Já estou encerrando, Vereador. Tudo bem? Esse é o Vereador Reymond. *(Palmas.)* Está aqui: 6 horas em ponto. Eu estou atrasadinha, 6h5min, tá? Já estou encerrando.

Nós estamos com a CPI de Tráfico de Pessoas, ouvindo as mães de crianças desaparecidas. Muito obrigada por ter cedido esse espaço para a gente.

Então, o que eu estou falando para vocês: escuta o seu filho, porque, às vezes, a criança chega em casa empolgada para falar com a mãe, com o pai: *“Ó, mãe, aconteceu isso e aquilo”*. E aí você está fazendo comida: *“Espera aí, fica quieto. Daqui a pouco você fala”*. Aí, a criança esquece e, às vezes, ela vai te contar uma coisa séria, importante.

Então, tira uns 15 minutinhos, não custa nada, desliga o celular, sai do Facebook, não é? Porque as pessoas agora, hoje em dia, só vivem assim, ó... É horrível isso. Você está num restaurante, a pessoa está assim; você vai conversar com a pessoa, a pessoa está assim; você está numa audiência pública, a pessoa está assim. Isso é uma coisa horrível, não é? Daqui a pouco, não vai precisar mais sair de casa pra nada. Então, se você está assim, procura se tratar, porque isso aqui é mal e faz mal para todo mundo, entendeu?

Então, dê atenção aos seus filhos, dê atenção. É o primeiro passo. E se você souber de alguma coisa, denuncie. O telefone do Disque CPI é 0800619619; 0800619619. Você pode denunciar, porque a sua identidade será preservada, e nós vamos apurar o que está acontecendo.

Agradeço a vocês. Que Deus abençoe vocês, mães! E eu tenho certeza que Deus é fiel. Na hora certa, no momento certo, vocês vão ter a resposta que vocês tanto esperam. Tá bom?

Muito obrigada aos assessores da Câmara, ao Cerimonial, à Fernanda, a todos vocês que contribuíram para a realização desta audiência pública da CPI do Tráfico de Pessoas.

Está encerrada a sessão. *(Palmas.)*